

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	63
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	66
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	26.162.998
Preferenciais	0
Total	26.162.998
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	361.459	384.499
1.01	Ativo Circulante	71.946	65.103
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.075	340
1.01.03	Contas a Receber	18.019	22.699
1.01.03.01	Clientes	18.019	22.699
1.01.04	Estoques	17.276	17.475
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.957	2.052
1.01.07	Despesas Antecipadas	545	136
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.074	22.401
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	14.074	22.401
1.01.08.01.01	Depositos vinculados - conta reserva	11.123	14.218
1.01.08.01.02	Adiantamento a fornecedores	2.951	8.183
1.02	Ativo Não Circulante	289.513	319.396
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.574	40.274
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	36.312	40.012
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	36.312	40.012
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	262	262
1.02.03	Imobilizado	252.939	279.122
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	249.042	274.659
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.897	4.463

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	361.459	384.499
2.01	Passivo Circulante	719.447	694.912
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.064	964
2.01.02	Fornecedores	18.707	32.536
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.244	24.782
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	8.463	7.754
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.682	11.969
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.954	6.592
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	728	5.377
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	664.842	623.621
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	109.366	108.228
2.01.04.02	Debêntures	554.832	514.762
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	644	631
2.01.05	Outras Obrigações	28.152	25.822
2.01.05.02	Outros	28.152	25.822
2.01.05.02.04	Pesquisa e desenvolvimento	28.003	25.822
2.01.05.02.05	Outros passivos	149	0
2.02	Passivo Não Circulante	95.257	96.601
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.104	4.541
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	4.104	4.541
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil a pagar	4.104	4.541
2.02.02	Outras Obrigações	91.153	92.060
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	41.853	41.853
2.02.02.02	Outros	49.300	50.207
2.02.02.02.03	Fornecedores	33.920	39.330
2.02.02.02.04	Obrigações Tributárias	5.111	0
2.02.02.02.05	Fornecedores Internacional	10.269	10.877
2.03	Patrimônio Líquido	-453.245	-407.014
2.03.01	Capital Social Realizado	171.047	171.047
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-624.292	-578.061

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	38.835	113.543	44.156	98.971
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-28.205	-77.052	-34.592	-81.159
3.03	Resultado Bruto	10.630	36.491	9.564	17.812
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.463	30.675	-500	5.102
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.524	-4.809	-500	-3.087
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	61	35.484	0	8.189
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.167	67.166	9.064	22.914
3.06	Resultado Financeiro	-40.429	-113.397	-32.612	-78.351
3.06.01	Receitas Financeiras	781	870	917	1.299
3.06.02	Despesas Financeiras	-41.210	-114.267	-33.529	-79.650
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-31.262	-46.231	-23.548	-55.437
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-31.262	-46.231	-23.548	-55.437
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-31.262	-46.231	-23.548	-55.437
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,19	1,77	-0,9	-2,12

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-31.262	-46.231	-23.548	-55.437
4.03	Resultado Abrangente do Período	-31.262	-46.231	-23.548	-55.437

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.775	3.507
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	85.159	37.398
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-46.231	-55.437
6.01.01.02	Atualização de Empréstimos	7.108	6.814
6.01.01.03	Depreciação/Amortização	26.262	26.273
6.01.01.05	Atualização das Debêntures	77.464	28.782
6.01.01.06	Amortização do Custo das Debêntures	828	722
6.01.01.07	Provisão para Pesquisa & Desenvolvimento	1.801	865
6.01.01.08	Multa por atraso no pagamento de debêntures	15.692	38.981
6.01.01.09	Encargos financeiros sobre P&D	1.699	1.501
6.01.01.10	Provisão para contingências	0	-11.698
6.01.01.11	Atualização de arrendamento	536	595
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.501	-10.454
6.01.02.01	Imposto a recuperar	95	12.425
6.01.02.02	Depósitos vinculados - conta reserva	3.095	-7.062
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-409	-417
6.01.02.04	Contas a receber	4.680	252
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	5.232	-751
6.01.02.07	Estoques	199	120
6.01.02.08	Obrigações tributárias	-176	-15.410
6.01.02.09	Fornecedores	-19.847	-113
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	100	497
6.01.02.11	Pesquisa e desenvolvimento	-1.319	0
6.01.02.12	Outros passivos	149	5
6.01.02.13	Partes relacionadas	3.700	0
6.01.03	Outros	-59.883	-23.437
6.01.03.01	Pagamento de debêntures (juros)	-53.914	-23.436
6.01.03.02	Pagamento de empréstimo e financiamentos (Juros)	-5.969	-1
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-80	0
6.02.01	Compra de Imobilizado	-115	0
6.02.02	Alienação de ativo Imobilizado	35	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-960	-2.176
6.03.01	Pagamentos de empréstimos (Principal)	0	-1.110
6.03.02	Pagamento arrendamento mercantil	-960	-1.066
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.735	1.331
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	340	97
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.075	1.428

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-578.061	0	-407.014
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-578.061	0	-407.014
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-46.231	0	-46.231
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-46.231	0	-46.231
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-624.292	0	-453.245

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-493.593	0	-322.546
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-493.593	0	-322.546
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-55.437	0	-55.437
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-55.437	0	-55.437
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-549.030	0	-377.983

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	163.006	118.800
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	127.522	110.630
7.01.02	Outras Receitas	35.484	623
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	7.547
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-40.077	-43.240
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-29.376	-31.932
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.701	-11.308
7.03	Valor Adicionado Bruto	122.929	75.560
7.04	Retenções	-26.274	-26.274
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.274	-26.274
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	96.655	49.286
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	870	1.299
7.06.02	Receitas Financeiras	870	1.299
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	97.525	50.585
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	97.525	50.585
7.08.01	Pessoal	4.835	5.014
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.250	3.387
7.08.01.02	Benefícios	1.356	1.354
7.08.01.03	F.G.T.S.	229	273
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.275	10.474
7.08.02.01	Federais	11.275	10.474
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	127.646	90.534
7.08.03.01	Juros	114.267	79.650
7.08.03.02	Aluguéis	13.379	10.884
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-46.231	-55.437
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-46.231	-55.437

Comentário do Desempenho

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

Relatório Trimestral 3T21

**www.utepeiii.com.br
ri@utepeiii.com.br**

Igarassu, 12 de novembro de 2021. A Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Pernambuco III" ou "Companhia"), apresenta os resultados relativos ao terceiro trimestre ("3T21") e os nove meses de 2021 ("9M21"). As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em base individual e estão de acordo com os princípios e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os valores estão expressos em reais (R\$), salvo quando indicado de modo diferente. Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparados os comentários de Desempenho Econômico-Financeiro apresentados em R\$ milhões, com o Balanço Patrimonial (Anexo I) e a Demonstração do Resultado (Anexo II), apresentados em R\$ mil.

Comentário do Desempenho

Destaques

Financeiro

- A Pernambuco III registrou **receita operacional líquida** de R\$ 38,8 milhões no 3T21, 12% e R\$ 5,3 milhões abaixo do montante apurado no 3T20 de R\$ 44,2 milhões.
- Os **custos operacionais** do 3T21 apresentaram redução de R\$ 6,4 milhões em comparação aos R\$ 34,6 milhões apurado no 3T20, resultado da menor necessidade de aquisição de lastro.
- O **lucro bruto** no 3T21 foi de R\$ 10,6 milhões, registrando um incremento de R\$ 1,1 milhões ante o lucro bruto de R\$ 9,6 milhões apurado no 3T20.
- A **margem bruta** do 3T21 foi de 27% ante 22% no 3T20, um acréscimo de 6 p.p. reflexo da redução dos seus custos operacionais no trimestre, consequência da menor receita apurada no período.
- Em relação às **despesas administrativas**, no 3T21 observou-se uma redução de R\$ 1 milhão em relação ao 3T20 (R\$ 1,5 milhões no 3T21 vs. R\$ 0,5 milhões no 3T20).
- As **despesas financeiras** registraram acréscimo de R\$ 7,7 milhões, passando de R\$ 33,5 milhões no 3T20 para R\$ 41,2 milhões no 3T21, explicado pelo incremento de capitalização de juros e correção monetária do saldo das debêntures.
- O **EBITDA** registrado no 3T21 foi de R\$ 17,9 milhões, mantendo-se no patamar apurado do 3T20 de R\$ 17,8 milhões.

Resumo dos Indicadores Financeiros e Operacionais

	3T21	3T20	Δ %	9M21	9M20	Δ %
Receita Operacional Líquida	38,8	44,2	-12%	113,5	99,0	15%
Lucro Bruto	10,6	9,6	11%	36,5	17,8	105%
Margem bruta	27%	22%	6 p.p.	32%	18%	14 p.p.
EBITDA	17,9	17,8	1%	93,4	49,2	90%
EBITDA Gerencial	17,9	17,8	1%	58,0	53,3	9%
Lucro/Prejuízo do período	(31,3)	(23,5)	33%	(46,2)	(55,4)	-17%
Dívida Líquida	(644,1)	(597,1)	8%	(644,1)	(597,1)	8%
Energia Gerada (MWh)	0	52	-100%	13.042	2.258	478%

Comentário do Desempenho

Debêntures

- O saldo devedor das debêntures do 3T21 foi de R\$ 555 milhões, montante R\$ 12 milhões (+2%) superior ao saldo relativo ao 2T21 de R\$ 543 milhões, decorrente do incremento de capitalização de juros, correção monetária e multa.
- A Diretoria se mantém comprometida nas negociações com seus debenturistas para viabilizar a reestruturação e equalização do saldo devedor.
- Nos dias 09 de julho, 09 e 17 de agosto e 10 de setembro de 2021, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos Encargos Remuneratórios e Moratórios, conforme acordo temporário vigente.

Jurídico

- No 3T21 a Pernambuco III manteve a decisão judicial de tutela cautelar assegurando de forma integral a liminar proferida em 09 de novembro de 2016, a qual impede a aplicação de qualquer sanção à Companhia pela ANEEL e CCEE, nos termos da tutela cautelar deferida.

Operacional

- O atual cenário hidrológico demandou o despacho da Termelétrica Pernambuco III em 13.042 MWh no período acumulado do 9M21.
- A Diretoria, em conjunto com sua equipe técnica, estima que, até o final do ano, a Companhia esteja com 10 motores em atividade, contribuindo com o momento vital para suprir a energia demandada pelo país.

Eventos Subsequentes Relevantes

- Em 05 de outubro de 2021, foi firmada a nova prorrogação do acordo temporário entre Companhia e debenturistas, mantendo-o vigente até 13 de dezembro de 2021.
- Em 06 de novembro de 2021 a Pernambuco III entrou em operação de forma ininterrupta dentro do Sistema Interligado Nacional, contribuindo de forma relevante para a geração de energia no período emergencial a qual o país se encontra

1. Cenário Macroeconômico

No terceiro trimestre de 2021 o Banco Central revisou as projeções do Produto Interno Bruto (PIB) para 2021 de 4,6% a.a. para 4,7% a.a., conforme relatório de inflação divulgado em 30 de setembro de 2021. Apesar da expansão do nível da atividade econômica atual, espera-se uma desaceleração do PIB em 2022, atingindo uma expansão de apenas 2,2%. A revisão das expectativas do PIB de 2021 contemplam o avanço da vacinação e a retomada da atividade econômica atrelada às medidas de arrefecimento da pandemia.

Em relação à SELIC, na última reunião do Copom realizada em 27 de outubro de 2021, decidiu-se por unanimidade por um novo aumento de 1,5 p.p., fixada agora em 7,75% a.a. Com esse aumento, a taxa chega ao maior nível desde o fim de 2017. Ainda, espera-se que ao final de 2021 a taxa SELIC atinja 8,5% a.a., de acordo com o comunicado do próprio Banco Central divulgado em 27 de outubro de 2021.

O Copom reforça que as projeções inflacionárias para 2021 estão fortemente atreladas às bandeiras tarifárias energéticas e ao cenário político recente, que aponta para os prolongamentos das políticas fiscais em resposta à pandemia, os questionamentos relacionados ao regime fiscal e a quebra do teto de gastos.

1.1 Mercado de Energia Elétrica

O terceiro trimestre de 2021 manteve o contexto rigoroso em relação ao cenário hidrológico do país. O subsistema Sudeste e Centro-Oeste atingiu 16% do nível de capacidade dos reservatórios em 30 de setembro de 2021. O período seco de abril a setembro teve o menor nível de afluência dos últimos 91 anos.

Além das medidas de gestão dos níveis dos reservatórios do país, o Operador Nacional do Sistema tem maximizado a oferta de geração das demais fontes energéticas, o que demandou no acionamento das usinas termelétricas e na importação de energia.

Diante do grave cenário energético, em 1º de setembro de 2021 entrou em vigor a cobrança da bandeira de 'escassez hídrica', equivalente a R\$14,20 a cada 100 Kw/hora consumidos. Essa cobrança permanecerá até abril de 2022 e valerá para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional.

De acordo com as projeções do ONS¹, a estimativa de consumo de energia voltou a subir em setembro de 2021, impactado principalmente pelo avanço da vacinação e flexibilização das medidas restritivas. O indicador aponta crescimento de 1,5% na comparação com setembro de 2020, puxado pela crescente demanda dos submercados do Norte e Nordeste que apresentaram aumento de 6,2% e 7,4%, respectivamente.

O início do período úmido em outubro de 2021 aponta sinais de recuperação para o setor, o que resultou em um crescimento dos níveis de armazenamento em 0,2 pontos percentuais, atingindo 18,6%² da capacidade da capacidade dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste.

Mesmo com o incremento das chuvas verificadas em outubro, a previsão de despacho térmico é de que se mantenham os comandos de todos os recursos de que o país dispõe, para que se possa atravessar o momento de escassez hídrica.

¹ Considera a estimativa do ONS divulgada em 04 de outubro de 2021

² Segundo boletim do ONS divulgado em 03 de novembro de 2021.

2. Contexto Operacional

O Brasil registrou em julho de 2021 recorde na geração de energia elétrica por usinas termelétricas e a menor geração de energia pelas usinas hidrelétricas. De acordo com o Operador Nacional do Sistema (ONS), as termelétricas geraram 18.625 MWmed em julho de 2021, sendo a maior quantidade histórica e o dobro em relação a março de 2021 (9.341MWmed).

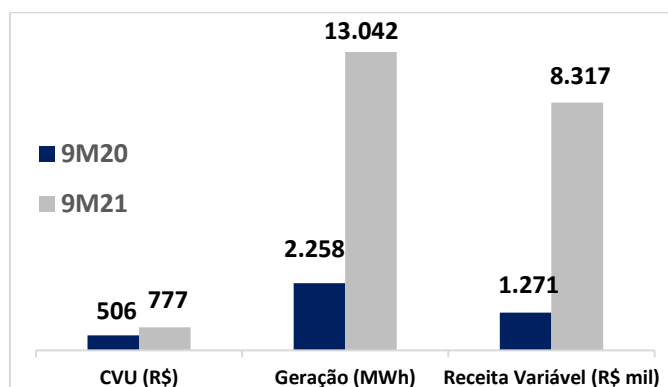
Esse cenário é resultado do agravamento da crise hídrica que assolou o país nos últimos meses. O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) decidiu que todas as usinas termelétricas brasileiras, que estivessem em condições de operar, fossem acionadas. Dentro deste contexto, a Pernambuco III encerrou o período acumulado do 9M21 com 13.042 MWh de geração, um aumento expressivo de 10.784 MWh em relação a geração de 2.258MWh do 9M20.

Em termos de Segurança do Trabalho, não houve a ocorrência de acidente de trabalho com afastamento nos meses de julho, agosto e setembro de 2021. A Diretoria, em conjunto com sua equipe técnica, segue monitorando todas as atividades executadas na operação e manutenção da usina, corroborando com o programa de Gerenciamento de Riscos e Crises para mitigar e acompanhar a performance do time no que concerne à Saúde e Segurança do Trabalho e Meio Ambiente.

O Custo Variável Unitário (CVU) da Pernambuco III apresentou impacto direto na revisão dos valores médios, decorrente da maior demanda por energia elétrica no período e o reajuste tarifário dos preços de petróleo, registrando um aumento de 54% entre períodos, passando de R\$ 506 no 9M20 vs. R\$ 777 no 9M21.

O Platts médio do 9M21 registrou uma valorização de 56% no período, passando de R\$43,60 no 9M20 para R\$67,90 no 9M21, afetado substancialmente pelo aumento do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Já o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) da região Nordeste seguiu a tendência de alta observada em períodos anteriores, encerrando o 9M21 em R\$570,39 versus R\$77,37 no 9M20.

Gráfico 1: CVU, Geração e Receita Variável – 9M20 vs. 9M21



Comentário do Desempenho**3. Desempenho Financeiro****3.1 Receita Operacional Bruta**

A receita operacional bruta do 3T21 encerrou no patamar de R\$ 43,5 milhões frente a R\$ 49,3 milhões no 3T20, uma redução de R\$ 5,8 milhões (-12%). Esta redução explica-se pela menor necessidade de aquisição de lastro no 3T21 (R\$ 6,6 milhões no 3T21 ante R\$ 12,9 milhões no 3T20). Em relação a receita variável, o valor apurado no 3T21 refere-se a um crédito de energia do curto prazo utilizado para abatimento de valores a débito. A Companhia não apurou receita variável no 3T21.

No 9M21, a receita operacional bruta totalizou R\$ 127,5 milhões frente a R\$ 114,7 milhões no 9M20, um incremento de R\$ 12,8 milhões (+11%). Esse aumento é resultado do acréscimo de R\$ 13,6 milhões na receita fixa apurada, uma vez que no 9M20 houve retenção do faturamento da Companhia por penalidades e no 9M21 esse movimento não se repetiu. Já em relação à receita variável, encerrou o 9M21 em R\$ 8,3 milhões frente a R\$ 1,3 milhões no 9M20, um acréscimo de R\$ 7 milhões, resultado do aumento na geração verificada no período. A rubrica de lastro apresentou redução de R\$ 7,9 milhões, encerrando o 9M21 em R\$ 6,8 milhões vs. R\$ 14,6 milhões no 9M20. As operações de compra e venda de energia objetivam a recomposição de lastro devido a indisponibilidade dos motores para fazer frente a insuficiência de lastro acumulada nos últimos 12 meses.

	3T21	3T20	Δ R\$	Δ %	9M21	9M20	Δ R\$	Δ %
Fixa	36,9	36,9	(0,0)	0%	112,4	98,8	13,6	14%
Variável	(0)	(1)	0,5	-98%	8,3	1,3	7,0	554%
Lastro	6,6	12,9	(6,3)	-49%	6,8	14,6	(7,9)	-54%
Receita Operacional Bruta	43,5	49,3	(5,8)	-12%	127,5	114,7	12,8	11%

3.2 Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida do 3T21 foi de R\$ 38,8 milhões, uma redução de R\$ 5,3 milhões (-12%) em comparação com os R\$ 44,2 milhões apurados no 3T20. A redução na receita líquida da Companhia é consequência da menor apuração na operação de lastro da Companhia (R\$ 6,3 milhões e -49%), que objetiva recompor a garantia física do ativo.

Em relação ao 9M21, a receita operacional líquida foi de R\$ 113,5 milhões, frente a R\$ 99 milhões no 9M20, um acréscimo nominal de R\$ 14,6 milhões e 15%. Esse aumento é resultado da maior receita fixa apurada no período em R\$13,6 milhões, uma vez que no 9M20 houve retenção do faturamento da Companhia por penalidades e do aumento na receita variável de R\$ 7 milhões, reflexo do acréscimo na geração da usina do período acumulado.

As deduções sobre a receita do 3T21 não apresentaram variações significativas, o recolhimento de Pis e Cofins apresentou variação de R\$ 0,6 milhões decorrente da menor receita operacional apurada no período e o encargo destinado a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento apresentou variação de R\$ 0,2 milhões.

Em relação às deduções do 9M21, nota-se uma redução de R\$ 1,8 milhões. Apesar dos acréscimos observados no Pis e Cofins sobre faturamento de R\$ 1,4 milhões e R\$ 1 milhão de encargos de pesquisa e

Comentário do Desempenho

desenvolvimento, ambas provenientes do aumento da receita operacional do período, a penalidade de DOMP ocorrida no 9M20 e não repetida no 9M21 de R\$ 4 milhões, diminuiu a variação total da rubrica.

	3T21	3T20	Δ R\$	Δ %	9M21	9M20	Δ R\$	Δ %
Fixa	36,9	36,9	(0,0)	0%	112,4	98,8	13,6	14%
Variável	(0)	(1)	0,5	-98%	8,3	1,3	7,0	554%
Lastro	6,6	12,9	(6,3)	-49%	6,8	14,6	(7,9)	-54%
Receita Operacional Bruta	43,5	49,3	(5,8)	-12%	127,5	114,7	12,8	11%
(-) Deduções s/ Receita	(4,7)	(5,1)	0,5	-9%	(14,0)	(15,7)	1,8	-11%
(-) Pis/Cofins	(4,0)	(4,7)	0,6	-13%	(11,7)	(10,4)	(1,4)	13%
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(0,6)	(0,5)	(0,2)	37%	(2,3)	(1,3)	(1,0)	74%
(-) Descontos s/ receita	-	-	-	0%	-	(4,1)	4,1	-100%
Receita Operacional Líquida	38,8	44,2	(5,3)	-12%	113,5	99,0	14,6	15%

3.3 Custos Operacionais

Os custos operacionais encerraram o 3T21 em R\$ 28,2 milhões e o 9M21 em R\$ 77,1 milhões, uma diminuição de R\$ 6,4 milhões vs. o 3T20 e R\$ 4,1 milhões vs. o 9M20. As reduções significativas nas rubricas de Compra e Comercialização de Energia, de R\$ 5,8 milhões no 3T21 e R\$ 11,2 milhões no 9M21, foram as principais responsáveis pela redução dos custos da Companhia, uma vez que a compra de energia leva em consideração a média móvel dos últimos 12 meses,

A rubrica de Combustíveis e Lubrificantes não apresentou variações significativas no 3T21, já no 9M21 apresentou um incremento de R\$ 6,7 milhões em relação no 9M20. O impacto de aquisição de combustível no período acumulado se deu em razão dos acréscimos substanciais de geração de energia demandados em janeiro e fevereiro de 2021.

A rubrica de O&M, que representa os custos operacionais fixos da usina, apresentou aumento de R\$ 0,3 milhões no 3T21 e R\$ 0,6 milhões no 9M21, reflexo de acréscimos pontuais ocorridos nos períodos para fazer frente a manutenção exigida no ativo.

Por fim, a rubrica de pessoal, apresentou redução de R\$ 0,5 milhões no 3T21 e R\$ 0,2 milhões no 9M21, decorrente da otimização e reorganização das equipes técnicas e administrativas.

	3T21	3T20	Δ R\$	Δ %	9M21	9M20	Δ R\$	Δ %
Compra e comercialização de energia	(7,7)	(13,5)	5,8	-43%	(7,9)	(19,0)	11,2	-59%
Encargo de uso do sistema de transmissão	(3,8)	(3,4)	(0,3)	10%	(10,5)	(9,9)	(0,5)	5%
Combustíveis e lubrificantes	(0,0)	(0,3)	0,3	-100%	(8,7)	(2,0)	(6,7)	338%
Custos operacionais fixos - O&M	(5,8)	(5,5)	(0,3)	5%	(16,8)	(16,2)	(0,6)	4%
Pessoal	(1,6)	(2,1)	0,5	-24%	(5,0)	(5,2)	0,2	-4%
Manutenção e conservação - <i>Overhaul</i>	(0,4)	-	(0,4)	0%	(0,9)	-	(0,9)	0%
Depreciação e amortização	(8,8)	(8,8)	0,0	0%	(26,3)	(26,3)	0,0	0%
Outros	(0,2)	(1,1)	0,8	-80%	(1,0)	(2,5)	1,5	-60%
Total	(28,2)	(34,6)	6,4	-18%	(77,1)	(81,2)	4,1	-5%

Comentário do Desempenho**3.4 Resultado Bruto e Margem Bruta**

No 3T21 a Companhia apresentou lucro bruto de R\$ 10,6 milhões e margem bruta de 27%, um aumento de R\$ 1,1 milhões e 6 pontos percentuais quando comparado ao 3T20. Já no 9M21 o lucro bruto apurado foi de R\$ 36,5 milhões e margem bruta de 32%, incremento nominal de R\$ 18,7 milhões e 14 pontos percentuais quando comparado ao 9M20.

O resultado positivo na margem bruta da Companhia, tanto no 3T21 como no 9M21 vem acompanhando os desempenhos positivos apresentados em trimestres anteriores. Ressalta-se, entretanto, que apesar da menor receita operacional apurada no trimestre, a redução dos custos operacionais contribuiu para o melhor resultado do trimestre. Já no 9M21 o resultado bruto foi afetado pelo acréscimo nas receitas fixa e variável do período, e pelo desconto de Despacho por Ordem de Mérito por Preço Ajustado (DOMP) de R\$ 4 milhões ocorrido no 9M20 e não repetido no 9M21.

3.5 Despesas Gerais e Administrativas

No 3T21 as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 1,5 milhões frente a R\$ 0,5 milhões no 3T20, um acréscimo nominal de R\$ 1 milhão. O aumento das despesas gerais e administrativas explica-se pelo incremento das rubricas de serviços de consultoria e assessoria (R\$ 0,6 milhões) e serviços jurídicos (R\$ 0,2 milhões), impactada pelo pagamento de honorários adicionais dos assessores dos debenturistas, advindo dos eventos de pagamentos de juros remuneratórios ocorridos no trimestre.

Em relação ao 9M21, as despesas administrativas totalizaram R\$ 4,8 milhões frente a R\$ 3,1 milhões no 9M20, um acréscimo nominal de R\$ 1,7 milhões e 56%, impactado pelo acréscimo nas rubricas de serviços jurídicos e de consultoria de R\$ 1,4 milhões. A evolução das renegociações da Diretoria com os debenturistas, ensejou em custos adicionais de serviços de terceiros.

	3T21	3T20	Δ R\$	Δ %	9M21	9M20	Δ R\$	Δ %
Impostos e taxas	(0,02)	(0,03)	0,0	-33%	(0,06)	(0,04)	(0,0)	36%
Serviços jurídicos	(0,4)	(0,1)	(0,3)	331%	(1,5)	(0,8)	(0,7)	78%
Serviços de consultoria e assessoria	(0,7)	(0,1)	(0,6)	637%	(1,9)	(1,2)	(0,8)	63%
Despesas com pessoal	(0,3)	(0,2)	(0,1)	30%	(0,7)	(0,8)	0,1	-9%
Outros	(0,1)	(0,1)	(0,1)	131%	(0,6)	(0,2)	(0,4)	181%
Total	(1,5)	(0,5)	(1,0)	205%	(4,8)	(3,1)	(1,7)	56%

3.6 Outras Receitas (Despesas)

No 9M21 a rubrica de outras receitas foi fortemente afetada pelo ressarcimento feito pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no valor líquido de PIS e Cofins, de R\$ 35,4 milhões, referente às glosas na receita operacional ocorridas entre novembro de 2019 e janeiro e abril de 2020.

Além do impacto do ressarcimento em outras receitas (R\$ 35,4 milhões), a rubrica de provisão para contingências apresentou saldo zerado, reflexo da reversão da provisão para contingência referente ao processo cível de ações de cobrança de fornecedores em que solicitam indenização e encerramento da prestação de serviços. Já no 3T21 não houve variação significativa nas rubricas.

Comentário do Desempenho

	3T21	3T20	Δ R\$	Δ %	9M21	9M20	Δ R\$	Δ %
Recuperação de outras despesas	0,1	-	0,1	0,0%	0,1	0,0	0,0	221,1%
Outras receitas	-	-	-	0,0%	35,4	0,6	34,8	5585,9%
Provisão para contingências	-	-	-	0,0%	-	7,5	(7,5)	-100,0%
Total	0,1	-	0,1	0,0%	35,5	8,2	27,3	333,3%

3.7 EBITDA

No 3T21 a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 17,9 milhões frente a R\$ 17,8 milhões no 3T20, uma ligeira variação de R\$ 0,1 milhões. Já no 9M21 a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 93,4 milhões frente a R\$ 49,2 milhões no 9M20, um acréscimo nominal de R\$ 44,3 milhões e 90%. A expressiva melhora do resultado entre períodos acumulados se deu em razão do acréscimo de outras receitas de R\$ 35,4 milhões referente ao ressarcimento da CCEE. A receita líquida da Companhia no 9M21 apresentou incremento de R\$ 14,6 milhões, efeito da não ocorrência da retenção do faturamento de penalidades ocorridos em períodos passados, além do aumento na apuração da receita variável fruto do maior despacho ordenado no 9M21. A redução dos custos operacionais de R\$ 4,1 milhões, completou a melhora na apuração do resultado operacional do 9M21.

Em relação ao EBITDA Gerencial do 9M21, ao expurgar o efeito não recorrente do ressarcimento de R\$ 35,4 milhões ocorrido em maio de 2021, o resultado do período atinge R\$ 58 milhões, um incremento de R\$4,8 milhões e 9% frente aos R\$ 53,3 milhões do EBITDA Gerencial do 9M20.

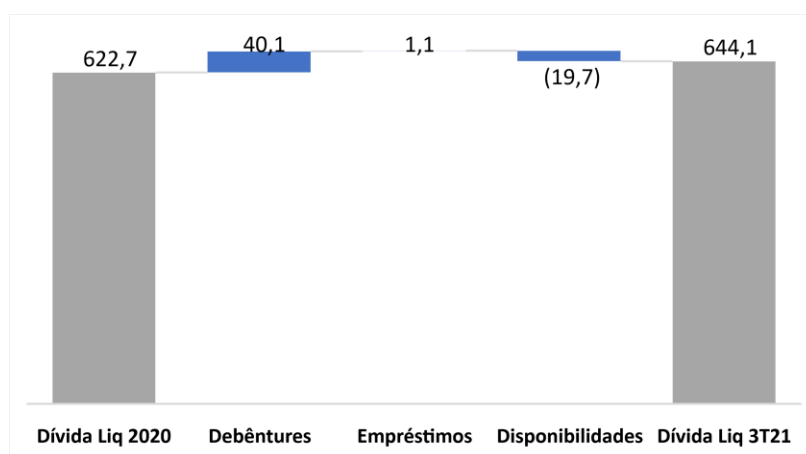
EBITDA	3T21	3T20	Δ R\$	Δ %	9M21	9M20	Δ R\$	Δ %
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(31,3)	(23,5)	(7,7)	33%	(46,2)	(55,4)	9,2	-17%
(+/-) tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)	-	-	-	0%	-	-	-	0%
(+/-) receitas/despesas financeiras líquidas	40,4	32,6	7,8	24%	113,4	78,4	35,0	45%
(+) depreciação, amortização e exaustão	8,8	8,8	(0,0)	0%	26,3	26,3	(0,0)	0%
EBITDA	17,9	17,8	0,1	1%	93,4	49,2	44,3	90%
Margem EBITDA	46%	40%	06 p.p.		82%	50%	33 p.p.	
Efeitos não Recorrentes								
Reversão DOMP	-	-	-	0%	-	4,1	(4)	-100%
Reversão Ressarcimento CCEE	-	-	-	0%	(35,4)	-	(35,4)	0%
EBITDA Gerencial	17,9	17,8	0,1	1%	58,0	53,3	4,8	9%
Margem EBITDA Gerencial	46%	40%	06 p.p.		51%	54%	-03 p.p.	

Comentário do Desempenho

4. Endividamento

Em 30 de setembro de 2021, a dívida líquida consolidada da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, atingiu R\$ 644 milhões, montante 3% superior ao saldo relativo ao exercício de 2020 de R\$ 623 milhões. Atualmente, a proporção do endividamento financeiro da Companhia indexado ao IPCA é de 84% e 16% ao CDI.

Gráfico 2: Evolução da Dívida Líquida 2020 vs. 3T21



No 3T21, a alavancagem da Companhia atingiu 5,9x, calculado através da razão entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, o que demonstra a atual situação de exposição financeira da Companhia, fruto do vencimento antecipado das debêntures.

	30.09.2021
(+) Total de disponibilidades	20.075
Caixa	20.071
Aplicações Financeiras	4
(-) Total de empréstimos e financiamentos	664.198
(=) Disponibilidades (dívida) líquida	(644.123)
EBTIDA (UDM)	109.023
Dívida Líquida/EBITDA	5,9x

5. Debêntures

Em 30 de setembro de 2021 o saldo devedor das debêntures da Pernambuco III era de R\$ 555 milhões, sendo 100% contabilizado no passivo circulante devido à declaração do vencimento antecipado das debêntures, ocorrida em 1º de setembro de 2017.

No 3T21 foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas (“AGD’s”) em 06, 22 e 29 de julho, 11, 17, 24 e 31 de agosto de 2021, para tratar dos itens constantes da ordem do dia das respectivas AGDs, inclusive os termos do acordo temporário entre a Companhia e debenturistas. Os assuntos deliberados nas referidas assembleias estão detalhados na Nota Explicativa 16 de Debêntures das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021.

5.1 Pagamento de Juros aos Debenturistas

Em 09 de julho, 09 e 17 de agosto e 10 de setembro de 2021, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos Encargos Remuneratórios e Moratórios, conforme acordo temporário vigente. O detalhamento dos valores pagos foi divulgado na forma de Aviso aos Debenturistas, e está disponível, *na íntegra*, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br).

6. Eventos Subsequentes

6.1 Assembleias Gerais de Debenturistas

Em 05 de outubro de 2021 às 9h30 e 10h30, houve a realização de Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD’s) para tratar dos termos do acordo temporário vigente. Na AGD das 10h30 foi realizada renovação do acordo entre a Companhia e debenturistas até o dia 13 de dezembro de 2021, nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e AGD realizada na mesma data.

Em 07 de dezembro de 2021 às 9h30 e 10h30, serão reabertas as assembleias para que os debenturistas possam rever as condições de renovação dos termos do acordo vigente.

6.2 Pagamento de Juros aos Debenturistas

Em 08 de outubro e 08 de novembro de 2021, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos Encargos Remuneratórios e Moratórios, conforme deliberação em AGD realizada em 09 de agosto de 2018, e Fato Relevante divulgado na mesma data. O detalhamento dos valores pagos, foi divulgado na forma de Aviso aos Debenturistas, e está disponível, *na íntegra*, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br).

Comentário do Desempenho

Anexo I – Balanço Patrimonial

(Em R\$ mil)

	30.09.2021	31.12.2020
Ativo		
Ativo Circulante	71.946	65.103
Caixa e equivalentes de caixa	20.075	340
Contas a receber	18.019	22.699
Tributos a recuperar	1.957	2.052
Estoques	17.276	17.475
Depósitos vinculados - contas reserva	11.123	14.218
Despesas antecipadas	545	136
Adiantamento a fornecedores	2.951	8.183
Ativo Não circulante	289.513	319.396
Depósitos judiciais	262	262
Partes relacionadas	36.312	40.012
Imobilizado	249.042	274.659
Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	3.897	4.463
Total do Ativo	361.459	384.499

	30.09.2021	31.12.2020
Passivo		
Passivo Circulante	719.447	694.912
Fornecedores	18.707	32.536
Obrigações tributárias	6.682	11.969
Obrigações sociais e trabalhistas	1.064	964
Debêntures	554.832	514.762
Empréstimos e financiamentos	109.366	108.228
Arrendamento Mercantil	644	631
Pesquisa e desenvolvimento	28.003	25.822
Outros passivos	149	-
Passivo Não Circulante	95.257	96.601
Fornecedores	44.189	50.207
Obrigações tributárias	5.111	-
Partes relacionadas	41.853	41.853
Arrendamento Mercantil	4.104	4.541
Patrimônio Líquido	(453.245)	(407.014)
Capital social	171.047	171.047
Prejuízos acumulados	(624.292)	(578.061)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	361.459	384.499

Comentário do Desempenho

Anexo II – Demonstração do Resultado do Exercício

(Em R\$ mil)

	3T21	3T20	Δ R\$	Δ %	9M21	9M20	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	43.487	49.262	(5.775)	-12%	127.523	114.704	12.819	11%
Descontos s/ vendas	-	-	-	0%	-	(4.074)	4.074	-100%
Impostos e taxas	(4.652)	(5.106)	454	-9%	(13.980)	(11.659)	(2.321)	20%
Receita operacional líquida	38.835	44.156	(5.321)	-12%	113.543	98.971	14.572	15%
(-) Custo operacionais	(28.205)	(34.592)	6.387	-18%	(77.052)	(81.159)	4.107	-5%
Lucro Bruto	10.630	9.564	1.066	11%	36.491	17.812	18.679	105%
Margem bruta	27%	22%	06 p.p.		32%	18%	14 p.p.	
Despesas gerais e administrativas	(1.524)	(500)	(1.024)	205%	(4.809)	(3.087)	(1.722)	56%
Outras (despesas) receitas	61	-	61	0%	35.484	8.189	27.295	333%
Resultado operacional antes dos efeitos fin.	9.167	9.064	103	1%	67.166	22.914	44.252	193%
Despesas financeiras	(41.210)	(33.529)	(7.681)	23%	(114.267)	(79.650)	(34.617)	43%
Receitas financeiras	781	917	(136)	-15%	870	1.299	(429)	-33%
Resultado financeiro líquido	(40.429)	(32.612)	(7.817)	24%	(113.397)	(78.351)	(35.046)	45%
Prejuízo antes do IR e CS	(31.262)	(23.548)	(7.714)	33%	(46.231)	(55.437)	9.206	-17%
IRPJ/CSLL diferido	-	-	-	0%	-	-	-	0%
Lucro/Prejuízo do período	(31.262)	(23.548)	(7.714)	33%	(46.231)	(55.437)	9.206	-17%

Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explicar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Termelétrica Pernambuco III e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste relatório e nas Informações Contábeis Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@utepeiii.com.br ou através do telefone +55 (11) 4130-3855.

12/novembro/2021

À: Termelétrica Pernambuco III S.A.

À atenção dos(as) Acionistas e Administradores(as)

Ref.: Relatório sobre a revisão de informações trimestrais nº 21BBD-016-PB

Prezados(as) senhores(as),

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. o relatório sobre a revisão de informações trimestrais da Termelétrica Pernambuco III S.A. para o trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

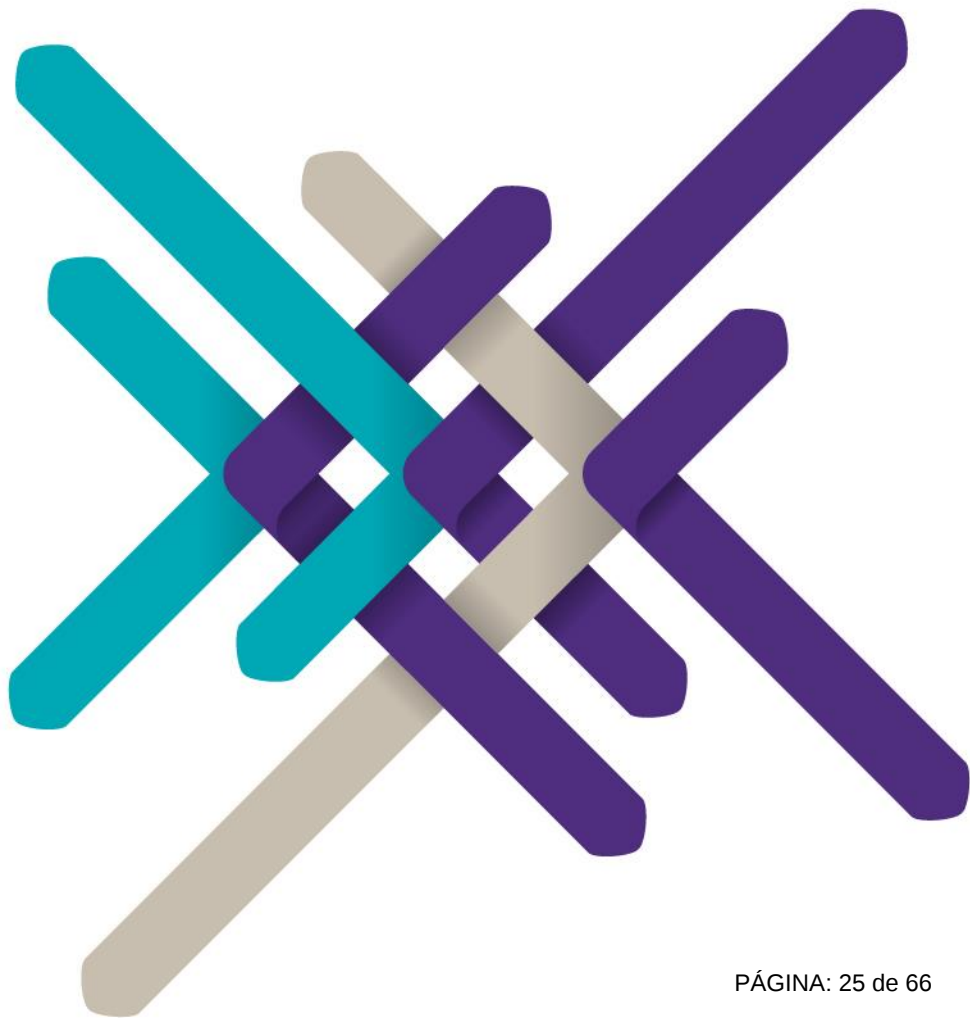
Atenciosamente,

Edinilson Attizani
Sócio

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2021



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias	6
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021	12

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

**Grant Thornton Auditores
Independentes**Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12ª
andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos(às) Administradores(as) e Acionistas da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e, do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos naquela data das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 "Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo auditor da Entidade" e ISRE 2410 "*Review of financial information performed by the independent auditor of the entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como a NBC TG 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

Ênfase

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 1 que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado em 30 de setembro de 2021 um montante total de prejuízos de R\$ 624.292 mil e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 453.245 mil, e naquela data, o seu passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 647.501 mil. A referida Nota Explicativa, divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela administração, principalmente os processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com fato de a Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura de debêntures, conforme descrito na Nota Explicativa nº 16, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Processo de investigação independente

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, existem determinadas partes relacionadas da Companhia, e determinados fundos de pensão que são investidores na Companhia que foram incluídos ou citados em uma investigação conduzida pelas autoridades públicas federais (Ministério Público Federal e Polícia Federal) na operação denominada “Greenfield”. A Companhia divulgou nesta mesma Nota Explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa independente especializada, porém, o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas encontra-se em andamento. Desta forma, não é possível prever e nem antecipar os desdobramentos futuros dessa investigação, nem seus potenciais efeitos, se houverem, sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia, em 30 de setembro de 2021. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

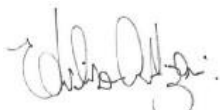
Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e as informações intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas e revisados por nós, cujos relatórios de auditoria e de revisão, sem modificação, foram emitidos em 31 de março de 2021 e 12 de novembro de 2020, respectivamente, contendo parágrafo sobre a “Incerteza relevante sobre continuidade operacional”; e ênfase sobre o “Processo de Investigação Independente”, apresentados neste relatório de revisão.

São Paulo, 12 de novembro de 2021



Edinilson Attizani

CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Notas Explicativas

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30.09.2021	31.12.2020	Passivo	Nota	30.09.2021	31.12.2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	20.075	340	Fornecedores	11	18.707	32.536
Contas a receber	4	18.019	22.699	Obrigações tributárias	12	6.682	11.969
Tributos a recuperar	5	1.957	2.052	Obrigações sociais e trabalhistas		1.064	964
Estoques	6	17.276	17.475	Debêntures	16	554.832	514.762
Depósitos vinculados - contas reserva	7	11.123	14.218	Empréstimos e financiamentos	13	109.366	108.228
Despesas antecipadas		545	136	Arrendamento Mercantil	9	644	631
Adiantamento a fornecedores		2.951	8.183	Pesquisa e desenvolvimento	14	28.003	25.822
				Outros passivos		149	-
Total do ativo circulante		71.946	65.103	Total do passivo circulante		719.447	694.912
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais	17	262	262	Fornecedores	11	44.189	50.207
Partes relacionadas	15	36.312	40.012	Obrigações tributárias	12	5.111	-
Imobilizado	8	249.042	274.659	Partes relacionadas	15	41.853	41.853
Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	9	3.897	4.463	Arrendamento Mercantil	9	4.104	4.541
Total do ativo não circulante		289.513	319.396	Total do passivo não circulante		95.257	96.601
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
				Capital social	18	171.047	171.047
				Prejuízos acumulados		(624.292)	(578.061)
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(453.245)	(407.014)
Total do ativo		361.459	384.499	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		361.459	384.499

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações dos resultados para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
		30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Receita operacional líquida	19	113.543	98.971	38.835	44.156
Custos operacionais	20	(77.052)	(81.159)	(28.205)	(34.592)
Lucro bruto		36.491	17.812	10.630	9.564
Outras receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	21	(4.809)	(3.087)	(1.524)	(500)
Outras receitas (despesas), líquidas	21	35.484	8.189	61	-
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		30.675	5.102	(1.463)	(500)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		67.166	22.914	9.167	9.064
Despesas financeiras	22	(114.267)	(79.650)	(41.210)	(33.529)
Receitas financeiras	22	870	1.299	781	917
Resultado financeiro, líquido		(113.397)	(78.351)	(40.429)	(32.612)
Prejuízo antes do imposto de renda e de contribuição social		(46.231)	(55.437)	(31.262)	(23.548)
Prejuízo do período		(46.231)	(55.437)	(31.262)	(23.548)
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)		(1,77)	(2,12)	(1,19)	(0,90)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstrações dos resultados abrangentes para o trimestre e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais)

	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Prejuízo do período	(46.231)	(55.437)	(31.262)	(23.548)
Resultado abrangente total	(46.231)	(55.437)	(31.262)	(23.548)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Termelétrica Pernambuco III S.A.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020**

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>171.047</u>	<u>(578.061)</u>	<u>(407.014)</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(46.231)</u>	<u>(46.231)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2021	<u>171.047</u>	<u>(624.292)</u>	<u>(453.245)</u>

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>171.047</u>	<u>(493.593)</u>	<u>(322.546)</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(55.437)</u>	<u>(55.437)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2020	<u>171.047</u>	<u>(549.030)</u>	<u>(377.983)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os trimestres findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	30.09.2021	30.09.2020
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Prejuízo antes do IR e da CS		(46.231)	(55.437)
Atualização de empréstimos	13	7.108	6.814
Atualização de debêntures	16	77.464	28.782
Atualização de arrendamento		536	595
Multa por atraso no pagamento de debêntures		15.692	38.981
Provisão para Pesquisa & Desenvolvimento	14	1.801	865
Encargos financeiros sobre P&D	14	1.699	1.501
Provisão para contingências		-	(11.698)
Amortização do custo de transação das debêntures		828	722
Amortização Arrendamento		566	565
Ganho na alienação de ativos	8	(9)	-
Depreciação e amortização	8	25.705	25.708
		85.159	37.398
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber	3	4.680	252
Tributos a recuperar	5	95	12.425
Estoques	6	199	120
Depósitos vinculados - contas reserva	7	3.095	(7.062)
Despesas antecipadas		(409)	(417)
Adiantamento a fornecedores		5.232	(751)
Partes Relacionadas	15	3.700	-
		16.592	4.567
Aumento (redução) nos passivos			
Obrigações tributárias	12	(176)	(15.410)
Fornecedores	11	(19.847)	(113)
Obrigações sociais e trabalhistas		100	497
Pesquisa e desenvolvimento	14	(1.319)	-
Outros passivos		149	5
		(21.093)	(15.021)
Pagamento de debêntures (juros)	16	(53.914)	(23.436)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (juros)	13	(5.969)	(1)
		(59.883)	(23.437)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		20.775	3.507
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos			
Alienação de ativo imobilizado	8	35	-
Compra de imobilizado	8	(115)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(80)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento			
Pagamento arrendamento mercantil	9	(960)	(1.066)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Principal)	13	-	(1.110)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(960)	(2.176)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		19.735	1.331
Saldo no início do período	3	340	97
Saldo no final do período	3	20.075	1.428
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		19.735	1.331

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstrações do valor adicionado
para os trimestres findos em 30 de setembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais)

	30.09.2021	30.09.2020
Receitas	163.006	118.800
Venda de energia	127.522	110.630
Provisão para contingências cíveis	-	7.547
Outras receitas	35.484	623
Insumos adquiridos de terceiros	(40.077)	(43.240)
Custo de venda de energia	(29.376)	(31.932)
Serviços de terceiros	(7.341)	(6.445)
Materiais e outros	(3.360)	(4.863)
Valor adicionado bruto	122.929	75.560
Depreciação e amortização	(26.274)	(26.274)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	96.655	49.286
Valor adicionado recebido em transferência	870	1.299
Receitas financeiras	870	1.299
Valor adicionado a distribuir	97.525	50.585
Valor adicionado distribuído	97.525	50.585
Pessoal	4.835	5.014
Remuneração direta	3.250	3.387
FGTS	229	273
Benefícios	1.356	1.354
Tributos	11.275	10.474
Federais	11.275	10.474
Remuneração de capitais de terceiros	127.646	90.534
Aluguéis	13.379	10.884
Despesas financeiras	114.267	79.650
Remuneração de capitais próprios	(46.231)	(55.437)
Prejuízo do período	(46.231)	(55.437)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional

A Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia" ou "PIII") é uma sociedade por ações de capital aberto, "Categoria B", nos termos da Instrução CVM 480 e alterações posteriores, com sede em Igarassu/PE – Brasil, cujo objeto específico é de geração de energia elétrica de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica. A Companhia possui autorização para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III, localizada na área rural de Engenho D'Água, Três Ladeiras, Município de Igarassu, Estado de Pernambuco, constituída de vinte e três unidades geradoras de 8.730 kW¹ cada, totalizando 200,79 MW¹ de capacidade instalada. O início da operação da Companhia ocorreu em dezembro de 2013 e possui autorização para a exploração pelo período de 35 anos, findando em 02 de julho de 2044.

Em 14 de julho de 2014, a integralidade das ações da Companhia passou a ser detida pela Mesa Participações S.A. A Companhia é controlada indireta pela Bolognesi Energia S.A.

Continuidade operacional e decretação de vencimento antecipado

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$647.501 (R\$629.809, em 31 de dezembro de 2020), prejuízos acumulados de R\$624.292 (R\$578.061, em 31 de dezembro de 2020) e, em 30 de setembro de 2021 o patrimônio líquido estava negativo (passivo a descoberto) em R\$453.245 (R\$407.014 em 31 de dezembro de 2020) em virtude, dentre outros motivos, do vencimento antecipado das debêntures, outras obrigações financeiras e débitos perante fornecedores.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelo auditor independente.

Notas Explicativas

A Companhia não gera caixa operacional suficiente para honrar com seus compromissos financeiros. Portanto, é necessário que haja a renegociação do cronograma de pagamento de dívida junto aos seus credores. Como a totalidade da receita fixa da Companhia foi cedida fiduciariamente ao agente fiduciário das debêntures, a continuidade operacional da Companhia irá depender do sucesso da Administração em renegociar seus passivos com credores financeiros. A Administração acredita que o risco de descontinuidade passou a ser relevante com a decretação de vencimento antecipado das debêntures, ocorrida em 1º de setembro de 2017, mas acredita que a Companhia deverá manter sua operação por meio da renegociação amigável junto aos credores, conforme ocorreu ao longo de todo o trimestre findo em 30 de setembro de 2021 e em todo ano de 2020, ou por meio de proteção judicial que permita o acesso da Companhia à geração de caixa de modo a manter o ativo operacional, enquanto a Companhia renegocia seus passivos juntos aos credores. Em 17 de outubro de 2017, houve Decisão de Tutela Antecipada proferida pela 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, Foro Central Cível, determinando que o Agente Fiduciário libere mensalmente os recursos necessários para que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviço, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até a deliberação dos debenturistas, ou decisão contrária em sede recursal.

Para a sustação do vencimento das debêntures, o quórum de deliberação é de 90% das debêntures em circulação. A Companhia entende que para a liberação de recurso, o quórum é de 75% das debêntures em circulação e maioria simples em segunda convocação. Este entendimento não está pacificado junto ao agente fiduciário.

Caso a Companhia deixe de honrar seus parcelamentos tributários, o passivo tributário poderá voltar a ser na ordem de R\$ 6.525 em 30 de setembro de 2021 e (R\$ 5.377 em 31 de dezembro de 2020), sujeito a aplicação de multas e juros. Caso a Companhia deixe de honrar compromissos com fornecedores, poderá ser objeto de ações de execuções que podem resultar na decretação de insolvência ou mesmo falência da Companhia. No caso de falência da Companhia, o Contrato de Compra e Venda de Energia será rescindido automaticamente, exaurindo as garantias líquidas dos credores financeiros. Em 30 de setembro de 2021, não houve inadimplemento em relação aos parcelamentos e tributos e suas obrigações com fornecedores.

Processo de investigação independente

Dada a inclusão de determinadas partes relacionadas e determinados fundos de pensão que são investidores indiretos na Companhia em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal denominada "Greenfield", a Administração aprovou em 29 de setembro de 2016 a contratação de uma auditoria forense independente para realizar processo de investigação independente sobre as contas e procedimentos da Companhia dos exercícios de 2015 e 2016 ("FASE I") e sobre as contas dos exercícios de 2008 a 2014 ("FASE II"), embora a Companhia não tenha sido diretamente citada nas investigações conduzidas pelas autoridades brasileiras. Este trabalho tem por objetivo realizar a investigação forense, visando obter informações sobre possíveis não conformidades e/ou eventuais ilicitudes e/ou fraudes relacionadas à contratação de fornecedores de bens ou serviços no período, bem como, possíveis envolvimento de seus acionistas e ex-administradores.

O trabalho consiste na coleta e tratativa de dados de pessoas jurídicas e pessoas físicas pré-definidas pela auditoria forense independente.

O escopo contempla a revisão de *Integrity Due Diligence* (IDD) dos fornecedores selecionados com objetivo de:

- Identificar a idoneidade e reputação dos fornecedores;
- Identificar se há algum tipo de vínculo entre os fornecedores e nomes de envolvidos em algum tipo de esquema de corrupção; e
- Identificar possíveis conflitos de interesse entre os fornecedores e profissionais da Companhia e suas respectivas subsidiárias.

Notas Explicativas

Considerando o objetivo do escopo do trabalho, a auditoria forense independente apontou preliminarmente, em março de 2017, que o controle interno da Companhia apresentava algumas fragilidades, dada a existência de pagamentos de alto risco, ausência de aplicação de processos de resolução de conflito de interesses, ou políticas claras que orientassem os processos de cotação e aquisição, relacionado à contratação de fornecedores.

Em 07 de maio de 2018, foi firmada outra proposta de prestação de serviços de auditoria forense com a mesma empresa independente responsável pelas Fases I e II anteriores, denominada "Fase III", contendo o mesmo objetivo e escopo das demais propostas, entretanto, as análises seriam realizadas nos documentos localizados pela atual Administração da Mesa Participações S.A. (controladora da Companhia).

Para a Fase III, os profissionais da empresa independente contratada, além das análises documentais realizadas nos documentos disponibilizados, a fim de obter evidências e informações adicionais, realizaram uma visita "in loco" na sede da Companhia, atualmente em pleno funcionamento.

Em março de 2019, foi emitido o relatório da "FASE III" sem novos assuntos relevantes que já não haviam sido anteriormente relatados nas demonstrações contábeis da Companhia, destacando, no tocante aos valores pagos aos fornecedores, que dentre os 39 fornecedores selecionados, não foram apresentados documentos comprobatórios para 23% da amostra. No entanto, a Companhia continua trabalhando para sanar as pendências restantes, por meio de análise contábil e solicitação de documentos perante fornecedores, de modo a contratar a atualização do relatório quando do levantamento das informações pendentes.

Em face das limitações de responsabilidade da "FASE III", descrito anteriormente, em 13 de junho de 2019, foi firmada nova proposta de prestação de serviços de auditoria independente, denominada "FASE IV", cujo escopo incorporava procedimentos adicionais. Considerada como complemento das fases anteriormente realizadas, teve como objetivo:

- (I) Eliminação das pendências de documentos e informações apresentadas nos relatórios anteriores, tendo em vista a limitação de responsabilidade relativa à ausência de comprovantes de aquisição de bens e prestação de serviços;
- (II) Atualização dos procedimentos de *Background Check* realizados com base em consulta de dados online e pesquisas de mídias negativas para principais profissionais considerados "chave", assim como uma lista de funcionários públicos que tiveram relacionamento direto e indireto com a Companhia durante as etapas anteriores até 31/05/2019;
- (III) Atualização de pesquisas de mídias negativas a fim de identificar eventuais novas pessoas físicas e/ou jurídicas que possam ser incluídas em lista de custodiantes;
- (IV) Coleta de *back up* de e-mails, arquivos da rede, *laptops* e discos rígidos para execução de análise forense a partir de uma lista de custodiantes relevantes elaborada pelo auditor; e
- (V) Realização de entrevistas com Diretores e/ou colaboradores remanescentes do período de análise para estabelecer a natureza da prestação de serviços das empresas e buscar comprovação da efetiva comprovação.

Em outubro de 2019, foi emitido o relatório da "Fase IV", onde o auditor forense concluiu que a Controladora da Companhia apresentou documentações e informações suportes que comprovaram a ocorrência das prestações de serviços e/ou compras de bens para 100% (cem por cento) do imobilizado, subsistindo pendência de entrega de documentação de suporte para o montante de R\$ 3,7 milhões, dos quais R\$ 1,6 milhões refere-se a empresas cujos sócios atuavam nas empresas da Controladora, e tinham uma rotina administrativa dentro da Companhia, atuando na área jurídica, financeira, bem como nos projetos de implantação e gestão das plantas.

Notas Explicativas

Quanto às fragilidades relacionadas ao processo de contratação de fornecedores apontadas nos relatórios das primeiras fases, a Controladora da Companhia envidou todos os seus esforços na melhoria contínua de seus procedimentos, introduziu controles para assegurar a aplicação dos princípios de competitividade, confidencialidade, segregação de funções, rastreabilidade do processo de compras e conformidade em geral. Entre estas melhorias, destaca-se a implantação da Política de Aquisição de Bens e Serviços e seus procedimentos, além da implantação do sistema ERP da Companhia (Sistema Integrado de Gestão Empresarial).

Até a data de emissão dessas informações contábeis intermediárias a Controladora não foi formalmente requisitada a providenciar esclarecimentos ao Ministério Público Federal sobre a investigação conduzida por este órgão. Desta forma, a Administração da Companhia, neste momento, entende que, eventuais eitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as suas informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2021.

Covid – 19

Impactos

A Administração da Companhia vem acompanhando atentamente as informações da Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como do Ministério da Saúde do Brasil e as notícias acerca do novo Coronavírus (Covid-19), assim como as relações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia brasileira e global.

Visto o contexto o qual a Companhia está inserida, não foi observado, até o momento, impacto relevante, riscos ou incertezas nos negócios da Companhia. Embora não seja possível, no cenário atual, prever com exatidão a extensão, severidade e duração dos impactos, a Administração entende que até a data de apresentação destas informações contábeis intermediárias, não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar suas premissas de negócios e a mensuração de seus ativos e passivos, em 30 de setembro de 2021.

A Administração da Companhia seguirá observando e monitorando o desenvolvimento desta situação.

Adicionalmente, durante o exercício de 2020, a Companhia, com a finalidade de manter os compromissos financeiros e manutenção dos empregos, os fluxos de caixa foram reprogramados, através de: **(i)** postergação do recolhimento de tributos, através da adesão à Medida Provisória nº 927/2020; **(ii)** negociação com fornecedores para postergação de pagamentos; **(iii)** negociação com as instituições financeiras, com a finalidade de postergar o pagamento de determinadas dívidas; **(iv)** dentre outras ações.

Adicionalmente, com a finalidade de evitar contaminação de colaboradores diretos e indiretos no ambiente de trabalho e atendendo aos cuidados determinados pela OMS, foi feita a adequação das atividades desempenhadas pelos integrantes das áreas administrativas, que passaram a executar suas atividades em casa ("home office") e, para as atividades desempenhadas nas áreas operacionais e nas áreas administrativas onde não for possível estabelecer o home office, estamos fazendo avaliações constantes de cenários, destacando-se: **(i)** a liberação imediata de pessoas no grupo de risco; **(ii)** a disponibilização de recursos em todos os pontos de trabalho; **(iii)** o reforço e aumento da frequência da rotina de higienização/limpeza em todos os pontos de trabalho; **(iv)** o escalonamento de horários para utilização de refeitórios; **(v)** a comunicação constante com orientações e dicas de prevenção e outras informações sobre a Covid-19.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e políticas contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes a 30 de setembro de 2021, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nas presentes informações contábeis intermediárias, a Administração está evidenciando apenas as informações relevantes utilizadas na gestão da Companhia.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio de resultado.

Estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, uma vez que seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação àquelas demonstrações contábeis.

As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações contábeis anuais.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de novembro de 2021.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Bancos - conta corrente	20.071	5
Aplicações financeiras	4	335
Total	<u>20.075</u>	<u>340</u>

As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo resgatáveis a qualquer momento com o próprio emissor, sem risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 102 % do CDI em 30 de setembro de 2021 (101,99% do CDI, em 31 de dezembro de 2020).

4. Contas a receber

O saldo em 30 de setembro de 2021, no montante de R\$ 18.019 (R\$ 22.699, em 31 de dezembro de 2020), decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) – parcela de receita variável. Para estes recebíveis, não foi necessário o registro de perda esperada com créditos.

O saldo de contas a receber advém do suprimento de energia elétrica aos clientes da Companhia, cujo prazo médio de recebimento é de até 30 dias.

Notas Explicativas

5. Tributos a recuperar

	30.09.2021	31.12.2020
IRPJ	355	355
IRRF	75	37
CSLL	157	157
PIS/COFINS	1.341	1.474
Outros	29	29
Total	1.957	2.052

Os valores constantes em tributos a recuperar são oriundos da retenção de IRRF sobre os resgates de aplicação financeira e PIS e Cofins sobre compra de óleo combustível e compra de materiais, na alíquota total de 9,25%, além de IR, CS, PIS e Cofins, na alíquota total de 5,85%, aplicável às vendas de energia elétrica para órgãos da administração pública.

6. Estoques

	30.09.2021	31.12.2020
Óleo combustível pesado (HFO - <i>Heavy Fuel Oil</i>)	7.303	7.242
Peças para manutenção	9.767	10.025
Estoque de peças em poder de terceiros	206	208
Total	17.276	17.475

7. Depósitos vinculados – contas reserva

A Companhia comprometeu-se a manter seus recursos depositados em contas bancárias, cujos respectivos direitos creditórios referentes às receitas fixas e variáveis dos Contratos de Compra e Venda de Energia foram concedidos fiduciariamente, respectivamente: **(i)** ao Agente Financeiro – Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante dos debenturistas e em benefício destes; e **(ii)** ao Banco Itaú-Unibanco S.A., nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Em 30 de setembro de 2021, a remuneração média das contas reservas é de 102% do CDI (101,99% do CDI, em 31 de dezembro de 2020).

A estrutura das contas é a seguinte:

	30.09.2021	31.12.2020
Conta centralizadora (a)	8.724	11.883
Contas de provisionamento e reserva de serviço de dívida (b)	12	12
Conta reserva garantia (ONS) (c)	2.387	2.323
Total	11.123	14.218

(a) Refere-se à conta centralizadora de recebimento de receitas;

(b) Reserva constituída para direcionamento das receitas variáveis e repasse aos debenturistas, conforme acordo; e

(c) Refere-se à aplicação financeira cedida em favor do Banco ABC em decorrência de emissão de fiança bancária para o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Notas Explicativas

Após a declaração de vencimento antecipado das debêntures em 1º de setembro de 2017, a movimentação das contas tornou-se possível em função de decisão de Tutela antecipada, em 14 de setembro e 18 de outubro de 2017, determinando que o Agente Fiduciário se abstenha de bloquear os valores recebíveis da Companhia até o limite de R\$ 7,5 milhões por mês, permitindo que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviços, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até deliberação dos debenturistas ou decisão contrária em sede recursal. Ao longo do ano de 2018, a Companhia e os Debenturistas entraram em acordo de suspensão da ação judicial, e determinaram o compartilhamento dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora até 10 de setembro de 2020, conforme petição homologada em 04 de março de 2020 na seguinte proporção:

- (i) 66,17% (sessenta e dezessete inteiros e dezessete centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a PIII;
- (ii) 31,33% (trinta e um inteiros e trinta e três centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas; e
- (iii) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora serão retidos e/ou depositados judicialmente nos autos do Processo nº 0248598- 71.2015.8.19.0001, em trâmite na 52ª Vara Cível do Rio de Janeiro ("Processo do Rio de Janeiro"), enquanto vigorar a decisão judicial proferida naquele Juízo.

Notas Explicativas

8. Imobilizado

A. Composição do saldo

Itens	Taxa de depreciação	30.09.2021		31.12.2020
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Usinas - Imobilizado em serviço		424.124	(198.288)	225.836
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,10%	33.828	(16.849)	16.979
Máquinas e equipamentos	7,10%	390.091	(181.264)	208.827
Veículos	14,29%	87	(87)	-
Móveis e utensílios	16,65%	118	(88)	30
Usinas - imobilizado em curso		7.188	-	7.188
Material em depósito		7.188	-	7.188
Sistema de transmissão e conexão - Imobilizado em serviço		25.366	(9.348)	16.018
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,10%	1.828	(701)	1.127
Máquinas e equipamentos	7,10%	23.538	(8.647)	14.891
		456.678	(207.636)	249.042

Notas Explicativas

B. Mutação do imobilizado

	Movimentação do imobilizado				30.09.2021
	31.12.2020	Adições	Depreciação	Baixas	
Usinas - Imobilizado em serviço	250.511	67	(24.715)	(27)	225.836
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.078	-	(2.099)	-	16.979
Máquinas e equipamentos	231.357	67	(22.597)	-	208.827
Veículos	30	-	(3)	(27)	-
Móveis e utensílios	46	-	(16)	-	30
Usinas - imobilizado em curso	7.140	48	-	-	7.188
Material em depósito	7.140	48	-	-	7.188
Sistema de transmissão e conexão					
- Imobilizado em serviço	17.008	-	(990)	-	16.018
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.201	-	(74)	-	1.127
Máquinas e equipamentos	15.807	-	(916)	-	14.891
	274.659	115	(25.705)	(27)	249.042

A Companhia adota como depreciação o método linear, com base na vida útil estimada dos bens, limitada ao período do *Power Purchase Agreement* (PPA).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou estudo, de acordo com o CPC 01, para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação (teste de *impairment*).

As premissas gerais adotadas foram:

- **Data-base da avaliação:** 31 de dezembro de 2020;
- **Metodologia:** método da renda – fluxo de caixa livre para o acionista descontado;
- **Período de projeção:** de 1º janeiro de 2020 até o final do período do *Power Purchase Agreement* (PPA) – 31/12/2027;
- **Moeda de projeção:** os fluxos de caixa foram projetados em reais (R\$) em termos nominais (considerando a inflação);
- **Taxa de desconto:** calculada através da metodologia do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), levando em consideração a estrutura de capital médio. O fluxo de caixa foi descontado pelo Custo do Capital Próprio em termos nominais, chegando-se a uma taxa de desconto de 10,36% para a Companhia; e
- **Ajustes:** ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa.

Diante dos estudos realizados, a Companhia não identificou no período fatores que indiquem a necessidade de ajuste de perdas por *impairment* para a data-base destas informações contábeis intermediárias em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

9. Direito de uso – arrendamento mercantil

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Companhia reconhece contabilmente os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- (i) Contrato com um prazo inferior ou igual a 12 meses; e
- (ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia possui contratos de arrendamentos referente à locação de terrenos onde está localizada a usina.

As movimentações do direito de uso e do respectivo passivo de arrendamento ocorridas no trimestre findo em 30 de setembro de 2021 são:

	<u>30.09.2021</u>
Saldos em 31.12.2020	4.463
Amortização	(566)
Saldos em 30.09.2021	<u>3.897</u>

Segue a movimentação do passivo de arrendamento:

	<u>30.09.2021</u>
Saldos em 31/12/2020	5.172
Variação Monetária	536
Pagamento	(960)
Saldos em 30/09/2021	<u>4.748</u>
Circulante	644
Não Circulante	4.104

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos da Companhia, aplicou-se à taxa de desconto de 16,04% a.a., pois a taxa de juros não se encontra explícita nas informações disponíveis em contrato. Adicionalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos, a Companhia considerou como prazo o período de concessão do complexo 94 meses, ou seja, prazo findo em 31/10/2026.

Os futuros pagamentos mínimos de arrendamento compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento. Em 30 de setembro de 2021 são conforme segue:

Fluxo de Pagamento

30 de setembro de 2021	Fluxo Contratado	Até 12 meses	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivo de arrendamento	4.748	644	4.104	-

Notas Explicativas

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não registrados

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias.

Em 30 de setembro de 2021, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui saldo de R\$ 692.929 referente ao prejuízo fiscal e R\$ 693.032 referente à base negativa de cálculo da contribuição social que foram gerados nos últimos anos, para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação.

Esses prejuízos não estão sujeitos ao prazo decadencial, permanecendo o crédito fiscal disponível para a Companhia por tempo indeterminado. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Companhia poderá registrar esse ativo.

	30.09.2021	30.09.2020
Resultado antes dos tributos sobre o resultado	(46.231)	(55.437)
Alíquota nominal de 34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(15.719)	(18.849)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Imposto diferido do exercício não constituído	15.719	18.849
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Alíquota efetiva	-	-

11. Fornecedores

	30.09.2021	31.12.2020
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas (Nota explicativa 15)	2.099	2.099
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	282	8
Encargo de uso do sistema de transmissão - EUST	1.412	2.170
Materiais e serviços (i)	59.103	78.466
Total	62.896	82.743
Circulante	18.707	32.536
Não Circulante	44.189	50.207

(i) Na rubrica de materiais e serviços temos valores renegociados com os fornecedores abaixo:

- Em 14 de setembro de 2017, havia o montante em aberto de R\$14.600 com os fornecedores Wartsila Finland OY, Wartsila Services Switzerland Ltda. e Wartsila Brasil Ltda., decorrente do fornecimento de materiais e serviços para a operacionalização da usina. A Companhia firmou acordo para pagamento em 108 prestações mensais e consecutivas do saldo em aberto, que será corrigido pela variação positiva do IPCA. O pagamento das parcelas iniciou em janeiro de 2019 e com previsão de término em dezembro de 2027. Em 30 de setembro de 2021, o saldo em aberto é de R\$ 12.256 (R\$ 12.924 em 31 de dezembro de 2020);
- Em 1º de março de 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor Petrobras Distribuidora S.A. para pagamento em 96 prestações mensais e sucessivas do saldo em aberto no montante de R\$ 48.973, corrigidas pelo IPCA, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2020 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, decorrente do fornecimento de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. Em 30 de setembro de 2021, o saldo em aberto é de R\$ 38.762 (R\$ 43.408 em 31 de dezembro de 2020);

Notas Explicativas

- Em 02 de outubro 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor BP Products North América Inc, fornecedor de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. O saldo devedor na data da negociação foi de R\$ 8.209, sendo pago em 25 de outubro de 2019 o montante de R\$ 4.130, o saldo restante renegociado em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas a partir de 25 de março de 2020. Em 30 de setembro de 2021, o saldo em aberto é de R\$ 6.293 (R\$ 5.556 em 31 de dezembro de 2020);

12. Obrigações tributárias

	30.09.2021	31.12.2020
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	701	870
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	728	5.377
PIS e COFINS s/faturamento	2.540	4.242
Parcelamento Ordinário (pis e cofins) (i)	6.525	-
Outros tributos e contribuições retidos na fonte	150	167
Outros tributos	1.149	1.313
Total	11.793	11.969
Circulante	6.682	11.969
Não circulante PIS e COFINS	5.111	-

- (i) Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o parcelamento de PIS e Cofins do período de setembro a dezembro de 2020 em aberto em 60 parcelas mensais e consecutivas e possui término previsto para fevereiro de 2026. O saldo em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 3.117, corrigido pela Selic.

Em 28 de maio de 2021, a Companhia realizou o parcelamento de PIS e Cofins do período de janeiro a março de 2021 em aberto em 60 parcelas mensais e consecutivas e possui término previsto para maio de 2026. O saldo em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 2.436, corrigido pela Selic.

Em 29 de junho de 2021, a Companhia realizou o parcelamento de PIS e Cofins do período de abril de 2021 em aberto em 60 parcelas mensais e consecutivas e possui término previsto para junho de 2026. O saldo em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 972, corrigido pela Selic.

Notas Explicativas

13. Empréstimos e financiamentos

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

		30.09.2021	31.12.2020
Financiadores / Credores	Valor Contratado	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Circulante
Itaú Unibanco	69.521	-	108.228
Across	69.521	109.366	-
		109.366	108.228

b) Principais características dos empréstimos e financiamentos:

				30.09.2021			31.12.2020		
Financiadores / Credores	Valor Contratado	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Início	Término	Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer
Across	69.521	Capital Giro	5,75% a.a + CDI	28/10/16	28/10/16	21/03/18	1	-	1

Em março de 2018, houve o vencimento da dívida referente à Cédula de Crédito Bancário (CCB) e em abril de 2018, começou a amortização por meio de execução de garantias vinculadas à receita variável conforme instrumento particular de cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios nº 854800360950.

Em 29 de junho de 2021, a Companhia foi comunicada pela Across sobre a cessão de crédito entre Itaú Unibanco S.A ("Cedente") e Across Recuperação de Crédito Ltda ("Cessionária") referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão do crédito nº 687614(101116100005600).

Notas Explicativas

Movimentação de empréstimos e financiamentos

	30.09.2021	31.12.2020
Saldo inicial	108.228	101.662
Atualização de empréstimos	7.107	8.864
(-) Pagamentos de juros	(5.969)	(2.298)
(-) Pagamentos de principal	-	-
Saldo final	109.366	108.228

Garantias e cláusulas restritivas

Como garantia da operação com o Itaú Unibanco, utilizada como capital de giro para a compra de Óleo HFO, são concedidos: **(a)** avais pelos seguintes avalistas: Ronaldo Marcelo Bolognesi, Hidrotérmica S.A., Bolognesi Energia S.A., Bolognesi Infraestrutura Ltda., Bolognesi Empreendimentos Ltda. e Bolognesi Engenharia Ltda., e **(b)** cessão fiduciária de direitos creditórios referentes à receita variável dos contratos de compra e venda de energia.

Como garantia a cessão de crédito entre Itaú Unibanco S.A e Across Recuperação de Crédito Ltda., os direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

14. Pesquisa e desenvolvimento

	FNDCT	MME	P&D	TOTAL
Saldo em 31.12.2020	10.831	5.432	9.559	25.822
Provisão	720	360	720	1.801
Juros	981	491	-	1.472
Multa	16	8	-	24
Atualização Selic	-	-	203	203
Pagamentos	(872)	(446)	-	(1.318)
Saldo em 30.09.2021	11.676	5.845	10.482	28.003

Refere-se ao encargo destinado a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento nos termos da Lei nº 9.991, de 2000, e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316, de 2008, e nº 504, de 2012, e normas correlatas. O encargo de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Notas Explicativas

15. Partes relacionadas

	30.09.2021		31.12.2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Estoques em poder de terceiros	206	-	208	-
Borborema Energética S.A. (ii)	206	-	208	-
Partes relacionadas	36.312	41.853	40.012	41.853
Bolognesi Engenharia (v)	1	-	1	-
Companhia Energética Rio da Prata - CERP (v)	230	-	230	-
Bioenergia Ger. Com. Energia do Nordeste S.A. - BEN (v)	94	-	94	-
Hidrotérmica S.A. (v)	285	-	285	-
Central Energética Palmeiras S.A. - CEPASA (iv)	19.475	-	23.175	-
Bolognesi Energia S.A. (v)	-	6.060	-	6.060
Brasilterm Energia S.A. (v)	-	54	-	54
Da Ilha Energética S.A. (v)	-	9	-	9
São Paulo Energética S.A. (v)	-	6	-	6
Serra Verde Energética S.A. (v)	-	26	-	26
Vêneto Energética S.A. (v)	-	6	-	6
Autódromo Energia S.A. (v)	-	216	-	216
Multiner S.A. (iii)	-	33.126	-	33.126
Borborema Energética S.A. (ii)	16.227	2.350	16.227	2.350
Fornecedores	-	2.099	-	2.099
Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. (i)	-	2.099	-	2.099
Total	36.518	43.952	40.220	43.952

Composição de saldo - ativo

Saldo em 31.12.2020 **40.012**

Recebimento de empréstimos
concedidos a partes relacionadas (3.700)

Saldo em 30.09.2021 **36.312**

- (i) A Companhia comercializou energia elétrica com a Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. no ambiente de contratação livre. Foram vendidos 5,52 megawatts médios de energia elétrica e comprados 14,52 megawatts médios. A energia foi adquirida para recomposição de lastro afim de manter índices de disponibilidade necessários para evitar incidência de penalidades associadas ao cumprimento da garantia física da usina;
- (ii) A Companhia possui saldo de estoque (R\$16.227) que se refere ao óleo combustível emprestado à parte relacionada Borborema Energética S.A., bem como empréstimos de peças (R\$ 206). Durante 2018, a Companhia reavaliou a forma de pagamento da dívida, determinando que a devolução será feita pela Borborema através de pagamento e não de devolução do mesmo material;
- (iii) O saldo com a Multiner S.A. decorre de contrato de mútuo para o pagamento de despesas, com prazo de vencimento indeterminado e sobre o qual incide juros de 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Após 1º de janeiro de 2018, a Companhia deixou de remunerar o saldo devido à Arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara Ciesp);
- (iv) O saldo ativo com a sua coligada Central Energética Palmeiras S.A. (CEPASA) refere-se a concessão de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL dentro do programa de parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 766/17; e
- (v) Com as demais partes relacionadas, a Companhia mantém relacionamento de mútuos sem incidência de correção monetária e juros.

Notas Explicativas

Dado o momento de reestruturação de dívidas da Companhia, a Administração está avaliando o melhor momento para liquidar os saldos ativos e passivos entre partes relacionadas.

Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é exercida pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. Ambos abriram mão de receber remuneração direta na Companhia para contribuir com a recuperação operacional e financeira da Companhia, em 30 de setembro de 2021 e 2020.

16. Debêntures

O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Descrição	Encargos	30.09.2021	31.12.2020
Debêntures	9,11% a.a. + IPCA	561.869	522.627
Custo de transação		(7.037)	(7.865)
Total de debêntures circulante		554.832	514.762

O saldo de custos de transação com a emissão das debêntures é representado, principalmente, por gastos com advogados, auditores, coordenação da oferta e publicidade da distribuição. Os custos de transação foram contabilizados como redução dos valores recebidos, e vêm sendo amortizados ao resultado ao longo do prazo da dívida que os originaram e têm por base o método do custo amortizado. O saldo de dívida a pagar, líquido dos custos de transação, é atualizado pelo método dos juros efetivos ao longo dos períodos contratuais, com adição das multas e juros de mora em decorrência do vencimento antecipado.

A operação está garantida por: **(i)** cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia; **(ii)** alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da emissora, detidas pela Mesa Participações S.A; e **(iii)** alienação fiduciária dos equipamentos da Companhia.

Vencimento antecipado

Em assembleia realizada no dia 31 de agosto de 2017, os debenturistas, representando 56,94% das debêntures em circulação, por unanimidade dos presentes, deliberaram pela não renovação de "waiver" referente à amortização das debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries.

Em 1º de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional em quatro séries da Termelétrica Pernambuco III sobre o vencimento antecipado automático das debêntures nessa data. Com a notificação de vencimento antecipado, o agente fiduciário passou a bloquear os recebíveis e excluirá a garantia da totalidade da receita fixa no repagamento das debêntures. Com o vencimento antecipado, houve o bloqueio de todos ativos financeiros da Companhia.

No dia 04 de setembro de 2017, foi efetuado o pagamento proporcional no valor total de R\$ 41.092 das debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries. Devido à falta de recursos disponíveis pela Companhia, o pagamento do saldo remanescente de R\$ 314.530 não pode ser efetuado. Devido ao não pagamento do saldo remanescente, está sendo aplicado o disposto na cláusula 6.20 da escritura de emissão referente aos encargos moratórios (multa de 2% e juros de 1% ao mês), bem como retroação das parcelas vencidas à data de vencimento original.

Em 14 de setembro de 2017, via liminar assinada, houve o deferimento parcial do pedido de tutela de urgência para determinar o desbloqueio dos valores recebidos em 15 de setembro e 30 de setembro de 2017.

Notas Explicativas

Em 03, 04 e 10 de outubro e 24 de novembro de 2017, 08, 11 e 24 de janeiro, 1º de fevereiro, 02 e 22 de março, 03 de maio, 07 de junho, 04 e 19 de julho, 09 de agosto e 04 de setembro de 2018 houve a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, entre outros, sobre: **(i)** sustar os efeitos do vencimento automático, notificado em 1º de setembro de 2017, em razão do risco noticiado pela Companhia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescente aos debenturistas; **(ii)** liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à amortização, juros e encargos moratórios pela Companhia; **(iii)** autorizar a liberação dos recursos das contas reservas e provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; **(iv)** alterar as datas e percentuais de amortização das debêntures.

Na Assembleia Geral de Debenturistas ocorrida em 09 de agosto de 2018, os debenturistas representando 53,72% (cinquenta e três inteiros e setenta e dois centésimos por cento) das debêntures em circulação, por unanimidade, deliberaram pela aprovação do acordo negociado entre a Companhia e os assessores jurídicos e financeiros dos Debenturistas, visando resguardar os interesses dos Debenturistas e a suspensão temporária no Processo São Paulo, nos termos da minuta de petição conjunta anexa à ata, que foi protocolada nos autos do Processo São Paulo, a qual foi inteiramente aprovada pelos Debenturistas nesta assembleia. Nos termos do acordo, os valores apurados e depositados mensalmente na Conta Centralizadora (Nota Explicativa nº 7), serão divididos da seguinte forma:

- (a)** 66,17% (sessenta e seis inteiros e dezessete centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a Companhia;
- (b)** 31,33% (trinta e um inteiros e trinta e três centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas; e
- (c)** 2,5% (dois inteiros e cinco décimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora serão retidos e/ou depositados judicialmente nos autos do Processo nº 0248598- 71.2015.8.19.0001, em trâmite na 52ª Vara Cível do Rio de Janeiro ("Processo do Rio de Janeiro"), enquanto vigorar a decisão judicial proferida naquele Juízo.

Em relação ao item **(ii)** da ordem do dia da mesma assembleia: os debenturistas aprovaram as medidas necessárias e métodos a serem utilizadas para subsidiar eventuais despesas da Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos gastos com medidas judiciais e extrajudiciais: deliberaram por autorizar o Agente Fiduciário a realizar consulta aos órgãos reguladores e auto reguladores incluindo, mas não se limitando, à CVM e à Anbima sobre pedido de esclarecimento a respeito da impossibilidade de processamento de pagamento no sistema da B3. Em relação ao item **(iii)** da ordem do dia: deliberaram pela suspensão, devendo a Assembleia ser reaberta em 04 de setembro de 2018, às 10:30h horas, no mesmo local. Em relação ao item **(iv)** da ordem do dia: autorizam a prática, pelo Agente Fiduciário, de eventuais medidas necessárias relacionadas às deliberações dos itens **(i)** e **(ii)** acima.

A Companhia reconhece a validade e eficácia das Debêntures e de suas garantias fiduciárias, especialmente, mas não se limitando, em relação a registro e quaisquer outras formalidades necessárias à higidez dos títulos.

Fica consignado pelos Debenturistas que, eventuais debenturistas, titulares de debêntures em circulação, que não estiveram presentes até a suspensão dos trabalhos desta Assembleia serão admitidos na retomada dos trabalhos e terão assegurados seus direitos de participação e deliberação das matérias da Ordem do Dia até o encerramento da Assembleia. Os Debenturistas, neste ato, eximem o Agente Fiduciário de qualquer responsabilidade em relação à presente consignação. Qualquer orientação em sentido contrário ora acima disposto somente será válida, vinculante e exigível do Agente Fiduciário se deliberada, em sede de Assembleia, com o mesmo quórum exigido para tanto.

Os Debenturistas declararam que na presente data são detentores das Debêntures e que se enquadram no conceito de "Debêntures em Circulação" contido na cláusula 9.6 da Escritura de Emissão.

Notas Explicativas

Por fim, os Debenturistas reafirmam que a presente manifestação não representa renúncia ou novação às garantias constituídas em seu favor e, não afeta, em qualquer medida ou extensão, o direito de crédito consubstanciado nas debêntures emitidas pela Emissora, de qualquer forma.

Decisão de Tutela Antecipada

Em 17 de outubro de 2017, houve Decisão de Tutela Antecipada proferida pela 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, Foro Central Cível, determinando que o agente fiduciário se abstenha de bloquear os valores recebíveis da Companhia até o limite de R\$ 7.5 milhões por mês, permitindo que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviços, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até deliberação dos debenturistas ou decisão contrária em sede recursal. Em 11 e 23 de janeiro de 2019, houve a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, entre outros, sobre: **(i)** sustar os efeitos do vencimento automático, notificado em 1º de setembro de 2017, em razão do risco noticiado pela Companhia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescente aos debenturistas; **(ii)** liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à amortização, juros e encargos moratórios pela Companhia; **(iii)** autorizar a liberação dos recursos das contas reservas e provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; **(iv)** alterar as datas e percentuais de amortização das debêntures.

Assembleia Geral de Debenturistas

Foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas nos dias 05 de fevereiro, 02 e 08 de março, 1º de abril, 08 de junho, 06 de julho, 17 de agosto de 2021 todas às 09 horas e 30 minutos para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** sustar os efeitos do Vencimento Automático, notificado pelo Agente Fiduciário em 01/09/17, em razão do risco noticiado pela Cia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescentes aos Debenturistas; Deliberação **(i)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(ii)** liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à Amortização, Juros e Encargos Moratórios pela Cia; Deliberação **(ii)** Suspender o item e tratar na próxima AGD **(iii)** autorizar a Liberação dos Recursos das Contas Reservas e Provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; Deliberação **(iii)** a deliberação deste item foi tratada em Assembleia Geral de Debenturistas de 19 de fevereiro de 2020, 12 de maio de 2020 e 29 de junho de 2020; **(iv)** caso não aprovado o item **(i)** acima, autorizar o Agente Fiduciário, conforme a seguir definido, a retirar as Debêntures da B3, na qual se encontram registradas, em razão de disposições do regulamento da própria B3/CETIP, que exige que emissões vencidas antecipadamente, mesmo estando ainda vigentes, devam ser retiradas de seu ambiente, e, em ato contínuo, aprovar a contratação e/ou manutenção dos serviços de escrituração e banco mandatário, para que seja mantido o regular pagamentos dos debenturistas e acompanhamento de titularidade das Debêntures; deliberação **(iv)** a deliberação deste item foi tratada na Assembleia Geral de Debenturistas de 09 de agosto de 2018, às 10 horas **(v)** autorizar a adoção das medidas necessárias para a viabilização das deliberações tomadas em Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)**, **(ii)**, **(iii)** e **(iv)** da Ordem do Dia; Deliberação **(v)** Suspender o item e tratar na próxima AGD.

Notas Explicativas

Foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas nos dias 14 de janeiro, 05 e 22 de fevereiro, 25 de março, 1ª, 20 e 29 de abril, 07, 21 e 27 de maio, 08, 17 e 25 de junho, 06, 22 e 29 de julho, 11, 17, 24 e 31 de agosto de 2021 todas às 10 horas e 30 minutos, para deliberar os seguintes assuntos: (i) aprovar ou ratificar, conforme o caso, aditivo prevendo a renovação do acordo aprovado pelos Debenturistas na AGD, realizada em 09 de agosto de 2018 às 11 horas, e celebrado nos autos do processo nº 1091118-41.2017.8.26.0100, em trâmite perante a 24ª Vara Cível de São Paulo/SP; Deliberação (i) aprovaram a prorrogação do Acordo temporário vigente até o dia 10 de abril de 2021, conforme termos do acordo realizado na AGD de 09 de agosto de 2018; (ii) aprovar ou ratificar, conforme o caso, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD, exclusivamente com relação a responsabilidade por esta despesa, o termo de retificação e ratificação ("Termo de Rerrat") do contrato assinado em 05/02/18 entre Pentágono S.A DTVM; Deliberação (ii) tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; (iii) autorizar a renovação, do contrato do escritório de advocacia Pinheiro Guimarães Advogados mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação (iii) tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; (iv) autorizar a renovação, do contrato com o Assessor Financeiro mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação (iv) tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; (v) reavaliar os valores retidos na Conta Centralizadora a título de Fundo de Reserva conforme deliberado na AGD realizada em 04/09/18, às 10 horas e 30 minutos; Deliberação (v) suspender o item e tratar na próxima AGD; (vi) autorizar o Agente Fiduciário a adotar eventuais medidas necessárias incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão, e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens (i) ao (v) da Ordem do Dia; deliberação (vi) suspender o item e tratar na próxima AGD.

A íntegra das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas encontra-se disponíveis no sítio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Pagamento de juros remuneratórios aos debenturistas

Em 15 de janeiro, 08 de fevereiro, 13 de abril, 13 de maio, 07 de junho, 09 de julho, 09 e 17 de agosto e 10 de setembro de 2021 a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos encargos remuneratórios e moratórios, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de agosto de 2018 e fato relevante divulgado na mesma data. Os detalhamentos dos pagamentos são previamente informados aos detentores das Debêntures por meio de Aviso aos Debenturistas, 1 (um) dia antes do evento, no sítio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Renovação de Acordo Temporário

Em 05 de outubro de 2021, conforme deliberação em AGD, foi firmada prorrogação do Acordo Temporário até 13 de dezembro de 2021, nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e AGD realizada na mesma data.

Movimentação de debêntures

	30.09.2021	31.12.2020
Saldo inicial	514.762	446.099
Pagamento de juros com conta reserva	(53.914)	(32.741)
Apropriação Juros	52.426	32.625
Atualização de debêntures	25.038	14.916
Multa sobre atraso no pagamento	15.692	52.885
Amortização de custo de transação	828	978
Saldo final	554.832	514.762

Notas Explicativas

17. Provisão para passivos contingentes

a) Causas prováveis

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía causas com perda provável.

b) Causas possíveis

A Companhia também tem ações de naturezas cível e tributária, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, conforme demonstrado no quando abaixo:

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Cível (i)	16.142	14.495
Tributário	459	453
Trabalhista	81	-
Total	<u>16.682</u>	<u>14.948</u>

(i) Ação de execução de título executivo extrajudicial (0248598-71.2015.8.19.0001) em face da Companhia e outras pessoas jurídicas rés, diante de suposta taxa de sucesso contratual que a exequente faria jus proporcional, pela redução de custos com a compra de combustível para as usinas termelétricas. Houve indicação de bens para garantia do Juízo, os quais ainda não foram avaliados, razão pela qual foi determinado o depósito judicial mensal de 2,5% do faturamento de PIII o que foi realizado até abril de 2018, com alvará de levantamento expedido em setembro de 2018. Processo em fase de produção de prova pericial. A classificação de risco é possível no valor total de R\$ 13.332.

Ação de cobrança (5000289-87.2017.8.21.0001) ajuizada por ex-prestador de serviço, contra a Companhia, a Brasilterm Energia S.A. (controladora), Bolognesi Energia S.A (controladora) e Termelétrica Pernambuco III S.A. (controlada), na qual pleiteia o pagamento estabelecido em contrato de remuneração mensal. O processo está em fase inicial e, em 30 de setembro de 2021, o risco é classificado como possível no valor de R\$ 1.755 (R\$ 1.398 em 31 de dezembro de 2020).

No trimestre findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentou R\$ 262 (R\$ 262 em 31 de dezembro de 2020) na rubrica de depósitos judiciais referente a processos de natureza cível.

18. Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)

Capital social

O capital subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 171.047 sendo composto por 26.163 mil ações ordinárias nominativas.

A Bolognesi Energia S.A., acionista controlador indireto da Companhia, é polo passivo em ação judicial movida por terceiros que visa o reconhecimento judicial do seu direito de exercer contrato de opção de compra de ações correspondentes a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia ou percentual equivalente do capital de sua controladora direta, Mesa Participações S.A. ("Mesa") O desfecho de tal ação poderá resultar em modificação no quadro de acionistas da Companhia ou de sua controladora direta.

Notas Explicativas

Dado que o contrato de opção de ações não estava aprovado no livro de ações, bem como o oferecimento da totalidade das ações da Companhia em alienação fiduciária aos debenturistas foi devidamente anuído pelos tais terceiros, a Administração da Companhia entende que o aporte de Mesa na Companhia, bem como a garantia do debenturista são válidos, cabendo à requerente opor direitos contra a Bolognesi Energia S.A., na hipótese de o judiciário concordar com o pleito da requerente.

	30.09.2021		31.12.2020	
	Milhares de ações	Participação (%)	Milhares de ações	Participação (%)
Mesa Participações S.A.	26.163	100	26.163	100

Prejuízo básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do período	(46.231)	(55.437)	(31.262)	(23.548)
Quantidade de ações (milhões)	26.163	26.163	26.163	26.163
Prejuízo básico por ação (em reais)	(1,77)	(2,12)	(1,19)	(0,90)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam diluição para os exercícios apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir da ação judicial descrita anteriormente.

19. Receita operacional líquida

	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de vendas				
Fixa	112.429	98.799	36.851	36.856
Variável	8.317	1.271	(11)	(502)
Lastro	6.777	14.634	6.647	12.908
	127.523	114.704	43.487	49.262
Deduções da receita bruta				
Pis e cofins sobre faturamento - 9,25%	(11.729)	(10.364)	(4.029)	(4.650)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.251)	(1.295)	(623)	(456)
Descontos s/ vendas (i)	-	(4.074)	-	-
	(13.980)	(15.733)	(4.652)	(5.106)
Receita operacional líquida	113.543	98.971	38.835	44.156

- (i) O valor de descontos sobre vendas trata-se de penalidades por Despacho por Ordem de Mérito por Preço (DOMP) refere-se à retenção mensal do resultado apurado na Receita de Venda do mês de janeiro de 2020, no montante de R\$ 4.074.

Notas Explicativas

20. Custos operacionais

	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
	2021	2020	2021	2020
Comercialização de energia - CCEE	577	(2.322)	718	(331)
Compra Energia MCP	(476)	(15.652)	(440)	(13.149)
Energia Elétrica - Lastro	(7.986)	(1.067)	(7.986)	-
Encargo de uso do sistema de transmissão (i)	(10.487)	(9.943)	(3.766)	(3.423)
Pessoal	(4.950)	(5.183)	(1.556)	(2.060)
Combustíveis e lubrificantes (ii)	(8.688)	(1.983)	(1)	(291)
Materiais	(2.034)	(3.867)	(647)	(2.248)
Armazenagem (iii)	(13.135)	(10.805)	(4.585)	(2.701)
Frete	(277)	(368)	(92)	(115)
Manutenção e conservação - <i>Overhaul</i>	(921)	-	(391)	-
Depreciação e amortização	(26.273)	(26.275)	(8.758)	(8.759)
Serviços de vigilância e limpeza	(546)	(385)	(184)	(179)
Seguros	(849)	(786)	(308)	(278)
Outros	(1.007)	(2.523)	(209)	(1.058)
Total de custos	(77.052)	(81.159)	(28.205)	(34.592)

- (i) Os encargos de uso do sistema de transmissão são relacionados ao transporte da energia da usina até os sistemas de distribuição;
- (ii) Os gastos com combustíveis e lubrificantes referem-se à compra de insumos para atendimento ao despacho de energia na PIII, bem como consumo para geração de energia; e
- (iii) Os gastos com armazenagem estão relacionados à estocagem de óleo por terceiros. Quando há processo de transporte desse óleo estocado por terceiros, o custo fixo com armazenagem é classificado como custo dos estoques no ativo e é baixado via consumo de óleo na conta de combustíveis, e quando o custo fixo de armazenagem está relacionado ao óleo que não está sendo utilizado na operação, esse custo é alocado como armazenagem.

21. Outras receitas (despesas) operacionais

a) Gerais e administrativas

	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
	2021	2020	2021	2020
Impostos e taxas	(60)	(44)	(18)	(27)
Serviços jurídicos	(1.497)	(843)	(362)	(84)
Serviços de consultoria e assessoria	(1.935)	(1.185)	(700)	(95)
Despesas com pessoal	(732)	(807)	(301)	(232)
Outros	(585)	(208)	(143)	(62)
Total de despesas	(4.809)	(3.087)	(1.524)	(500)

b) Outras receitas (despesas), líquidas

	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
	2021	2020	2021	2020
Recuperação de outras despesas	61	19	61	-
Outras receitas (i)	35.423	623	-	-
Reversão para contingências	-	7.547	-	-
Total de outras receitas (despesas), líquidas	35.484	8.189	61	-

- (i) O aumento apresentado na rubrica refere-se ao ressarcimento, líquido de PIS e COFINS, de glosa da receita referente aos períodos de setembro, outubro e novembro de 2019, março e abril de 2020, sendo o montante bruto de R\$ 39.006 recebidos em maio de 2021.

Notas Explicativas

22. Resultado financeiro, líquido

	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
	2021	2020	2021	2020
Receita sobre aplicação financeira	214	30	128	(19)
Descontos obtidos	642	-	642	-
Variação cambial ativa	14	102	11	70
Variação monetária ativa	-	1167	-	866
Total de receitas financeiras	870	1.299	781	917
Juros e multas das debêntures	(68.117)	(62.416)	(23.635)	(21.930)
Variação monetária debêntures	(25.038)	(5.350)	(10.052)	(3.340)
Amortização do custo das debêntures	(828)	(722)	(289)	(250)
Juros de financiamentos	(7.107)	(6.814)	(2.777)	(2.064)
Juros fornecedores	(1.749)	-	(1.479)	-
Juros passivos	(7.001)	(5.377)	(1.420)	(4.961)
Variações monetárias passivas	(2.130)	1.842	(1.440)	(714)
Multas (i)	(2.116)	(655)	(87)	(255)
Despesas bancárias	(40)	(60)	-	(4)
IOF (ii)	(141)	(98)	(31)	(11)
Total de despesas financeiras	(114.267)	(79.650)	(41.210)	(33.529)
Resultado financeiro líquido	(113.397)	(78.351)	(40.429)	(32.612)

(i) Refere-se a multa e juros sobre fornecedores e tributos;

(ii) Os valores de IOF referem-se a aplicações financeiras e seguros;

23. Seguros

Em 30 de setembro de 2021, a cobertura de seguros era a seguinte:

Descrição	Limite de	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil dos Administradores	100.000	06.08.2022	Chubb Seguros Brasil S.A.
Risco Operacional	137.589	17.01.2022	AXA Seguros S.A.
Responsabilidade Civil Geral	10.000	26.04.2022	AXA Seguros S.A.

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados.

Notas Explicativas

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Contábil		Valor Justo	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	20.075	340	20.075	340
Depósitos vinculados - contas reserva	11.123	14.218	11.123	14.218
Partes Relacionadas	36.312	40.012	36.312	40.012
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos	109.366	108.228	123.679	114.699
Debêntures*	561.869	522.627	643.919	555.902
Partes relacionadas	41.853	41.853	41.853	41.853

(*) Em 30 de setembro de 2021, o saldo contábil de debêntures desconsidera o montante de custo de transação de R\$ 7.037 (R\$ 7.865 em 31 de dezembro de 2020).

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, a Administração utilizou o último preço negociado das debêntures, e, para demais empréstimos, a taxa média de DI e IGP-M divulgada pela CETIP, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. A Administração calculou a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** – *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Contas a receber: as contas a receber decorrem basicamente do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade e é representado por créditos com vencimento até 30 dias.

Depósitos vinculados – conta reserva: os depósitos vinculados são reservas mantidas com a finalidade de atender às exigências contratuais de dívida. São mantidas em aplicações financeiras e estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Fornecedores: estão mensurados pelo custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.

Debêntures: estão mensuradas com base na notificação de vencimento antecipado automático para as Debêntures realizada em 1ª de setembro de 2017.

Administração financeira de risco

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações contábeis, e os juros a vencer até o final do contrato.

	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	Acima de 4
Fornecedores	62.896	62.896	18.707	14.332	21.497	8.360
Empréstimos e Financiamentos	109.366	109.366	109.366	-	-	-
Debêntures	561.869	561.869	561.869	-	-	-
Financiamento por arrendamento mercantil	4.748	4.748	644	1.288	1.932	884

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

Quanto ao contas a receber, decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do ONS (parcela de receita variável).

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 30 de setembro de 2021

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, IPCA e TJLP em 31 de março de 2021. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

2021					
IPCA	-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
Debêntures					
Exposição Líquida IPCA	445.660	544.792	643.919	743.057	842.190
Impacto da variação	(198.259)	(99.127)	-	99.138	198.271
CDI	-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
CCB					
Exposição Líquida CDI	120.296	122.684	123.679	127.611	130.154
Impacto da variação	(3.383)	(995)	-	3.932	6.474

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

25. Eventos subsequentes

Pagamento de juros remuneratórios

Em 08 de outubro de 2021, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos encargos remuneratórios e moratórios, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de agosto de 2018, e fato relevante divulgado na mesma data.

Assembleia Geral de Debenturistas

Foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas no dia 05 de outubro de 2021 às 09 horas e 30 minutos para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** sustar os efeitos do Vencimento Automático, notificado pelo Agente Fiduciário em 01/09/17, em razão do risco noticiado pela Cia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescentes aos Debenturistas; Deliberação **(i)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(ii)** liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à Amortização, Juros e Encargos Moratórios pela Cia; Deliberação **(ii)** suspender o item e tratar na próxima AGD **(iii)** autorizar a Liberação dos Recursos das Contas Reservas e Provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; Deliberação **(iii)** a deliberação deste item foi tratada em Assembleia Geral de Debenturistas de 19 de fevereiro de 2020, 12 de maio de 2020 e 29 de junho de 2020; **(iv)** caso não aprovado o item **(i)** acima, autorizar o Agente Fiduciário, conforme a seguir definido, a retirar as Debêntures da B3, na qual se encontram registradas, em razão de disposições do regulamento da própria B3/CETIP, que exige que emissões vencidas antecipadamente, mesmo estando ainda vigentes, devam ser retiradas de seu ambiente, e, em ato contínuo, aprovar a contratação e/ou manutenção dos serviços de escrituração e banco mandatário, para que seja mantido o regular pagamentos dos debenturistas e acompanhamento de titularidade das Debêntures;

Notas Explicativas

Deliberação **(iv)** a deliberação deste item foi tratada na Assembleia Geral de Debenturistas de 09 de agosto de 2018, às 10h **(v)** autorizar a adoção das medidas necessárias para a viabilização das deliberações tomadas em Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)**, **(ii)**, **(iii)** e **(iv)** da Ordem do Dia; Deliberação **(v)** suspender o item e tratar na próxima AGD.

Foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas no dia 05 de outubro 2021 todas às 10 horas e 30 minutos, para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** aprovar ou ratificar, conforme o caso, aditivo prevendo a renovação do acordo aprovado pelos Debenturistas na AGD, realizada em 9 de agosto de 2018 às 11 horas, e celebrado nos autos do processo nº 1091118-41.2017.8.26.0100, em trâmite perante a 24ª Vara Cível de São Paulo/SP ; Deliberação **(i)** - Aprovaram a prorrogação do Acordo temporário vigente até o dia 10 de abril de 2021, conforme termos do acordo realizado na AGD de 09 de agosto de 2018; **(ii)** Aprovar ou ratificar, conforme o caso, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD, exclusivamente com relação a responsabilidade por esta despesa, o termo de retificação e ratificação ("Termo de Rerrat") do contrato assinado em 05/02/18 entre Pentágono S.A DTVM; Deliberação **(ii)** Tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; **(iii)** autorizar a renovação, do contrato do escritório de advocacia Pinheiro Guimarães Advogados mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação **(iii)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas 30 minutos; **(iv)** autorizar a renovação, do contrato com o Assessor Financeiro mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação **(iv)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; **(v)** reavaliar os valores retidos na Conta Centralizadora a título de Fundo de Reserva conforme deliberado na AGD realizada em 04/09/18, às 10 hora e:30 minutos; deliberação **(v)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(vi)** autorizar o Agente Fiduciário a adotar eventuais medidas necessárias incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão, e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)** ao **(v)** da Ordem do Dia; deliberação **(vi)** suspender o item e tratar na próxima AGD.

Em 07 e 13 de dezembro de 2021, serão reabertas as assembleias para que os debenturistas possam rever as condições de renovação dos termos do acordo vigente.

A íntegra das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas encontra-se disponíveis no sítio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos(às) Administradores(as) e Acionistas da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e, do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos naquela data das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo auditor da Entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

Ênfase

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa no 1 que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado em 30 de setembro de 2021 um montante total de prejuízos de R\$ 624.292 mil e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 453.245 mil, e naquela data, o seu passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 647.501 mil.

A referida Nota Explicativa, divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas.

A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela administração, principalmente os processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com fato de a Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura de debêntures, conforme descrito na Nota Explicativa no 16, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Processo de investigação independente

Conforme divulgado na Nota Explicativa no 1, existem determinadas partes relacionadas da Companhia, e determinados fundos de pensão que são investidores na Companhia que foram incluídos ou citados em uma investigação conduzida pelas autoridades públicas federais (Ministério Público Federal e Polícia Federal) na operação denominada “Greenfield”. A Companhia divulgou nesta mesma Nota Explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa independente especializada, porém, o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas encontra-se em andamento. Desta forma, não é possível prever e nem antecipar os desdobramentos futuros dessa investigação, nem seus potenciais efeitos, se houverem, sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia, em 30 de setembro de 2021. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e as informações intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas e revisados por nós, cujos relatórios de auditoria e de revisão, sem modificação, foram emitidos em 31 de março de 2021 e 12 de novembro de 2020, respectivamente, contendo parágrafo sobre a "Incerteza relevante sobre continuidade operacional"; e ênfase sobre o "Processo de Investigação Independente", apresentados neste relatório de revisão.

São Paulo, 12 de novembro de 2021

Edinilson Attizani

CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 12 de novembro de 2021.

Igarassu, 12 de novembro de 2021.
Diretor de Relações com Investidores
Diretor Presidente
Emiliano Furlan Stipanivic Spyer
Aguinaldo Alvares Gimenes de Jesus

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – Grant Thornton Auditores Independentes, emitido sobre as informações contábeis intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 12 de novembro de 2021.

Igarassu, 12 de novembro de 2021.
Diretor de Relações com Investidores
Diretor Presidente
Emiliano Furlan Stipanovic Spyer
Aguinaldo Alvares Gimenes de Jesus